

Nº 254
Setembro 1991
Cr\$ 500,00

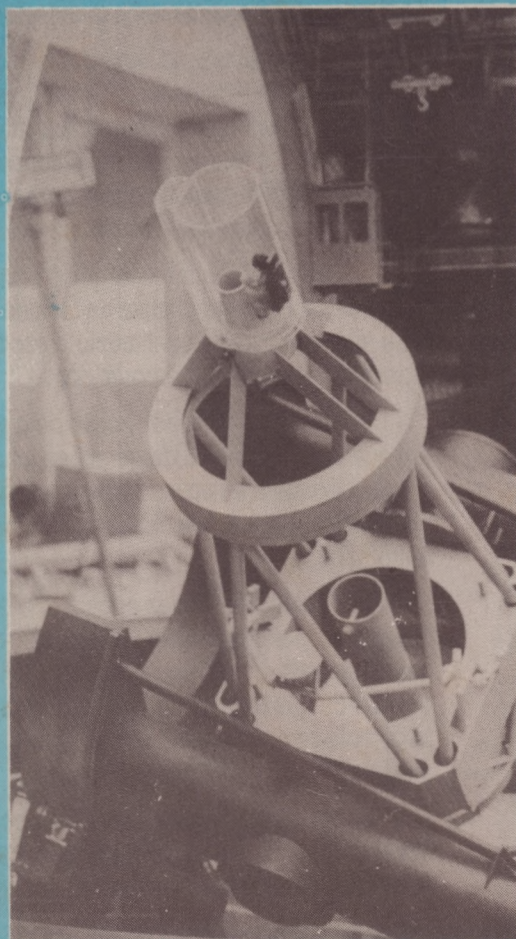
EM TEMPO:

Esta publicação
é de caráter
interno ao PT e
distribuída única e
exclusivamente
aos seus filiados



TESES

A íntegra das
contribuições da
Tendência Democracia Socialista
ao I Congresso do PT.



Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

O PT e a revolução

Publicamos nesta edição a íntegra das teses “Alternativa Democrática e Popular” e “A Construção do PT” que foram aprovadas na II Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista.

Elas visam contribuir para a síntese política que deverá ser feita no I Congresso do PT. A sua edição integral visa enriquecer o nosso debate com os companheiros do PT nesta fase final de preparação do I Congresso.

Acima da diversidade de opiniões e das intensas polémicas travadas, os delegados à II Conferência Nacional da Democracia Socialista fraternizaram-se em uma só vontade: a de contribuir na construção do caminho petista para a revolução socialista no Brasil.

Longe de tal vontade refletir algum modismo - ela é, por si só, a crítica mais radical do ceticismo dos tempos atuais - ou de alguma obsessão fora da história. Ao contrário, esta vontade unânime de lutar pela revolução é o sentimento mais legítimo de indignação diante da série infundável de humilhações, opressão, mentira e corrupção que a ordem capitalista vem impondo aos trabalhadores e aos oprimidos.

Estamos juntos com a grande massa de companheiros do PT que crêem que, apesar da crise e dos enormes impasses, o projeto socialista tem raízes muito mais profundas e uma capacidade de renovação muito superior do que supõem os estrategistas do Pentágono e de Wall Street.

Partilhamos a mesma opinião dos petistas que - assumindo a defesa estratégica da democracia - não a reduzem a sua simples expressão parlamentar, propondo a fundação de um novo Estado democraticamente dirigido e controlado pelas maiorias organizadas e no pleno exercício de seus direitos políticos.

Não cedemos à propaganda neoliberal de exaltação do mercado capitalista como o melhor caminho para organizar a produção e a distribuição da renda. Por isso, defendemos o valor estratégico do controle social sobre a economia, sabendo que a necessária persistência das formas mercantis durante todo um longo período deverá ser subordinada às opções democraticamente manifestadas pela maioria.

Enfatizamos, na linha do 7º Encontro Nacional do PT, que o socialismo petista deve ser uma “síntese de culturas libertárias”. Deve ser a expressão de um humanismo radical disposto a combater todas as formas de opressão e a fundar uma nova concepção de civilização. Incorporamos de modo decidido a luta contra a opressão das mulheres. Abordamos como um princípio básico a superação da opressão racial.

Mas, sobretudo, queremos provar esta vontade revolucionária. A utopia petista só será criativa na história se for capaz de dialogar, incorporar e se casar com os sentimentos e esperanças cotidianas da grande massa de assalariados e oprimidos.

Temos a firme convicção de que o atual período histórico - este em que vivemos, não o de gerações futuras - coloca para os trabalhadores a possibilidade e a necessidade de conquistar o poder. Não temos ilusões: os desafios que temos pela frente serão cem vezes maiores do que os já enfrentados.

Mas quem há dez anos atrás, quando do nascimento do PT, ousaria afirmar que aquele partido polarizaria a vida política brasileira e quase elegeria o presidente do país no final da década? Quem ousaria hoje duvidar de que não somos capazes de chegar ao governo e - apoiado na força política dos trabalhadores - iniciar a superação da ordem capitalista no Brasil?

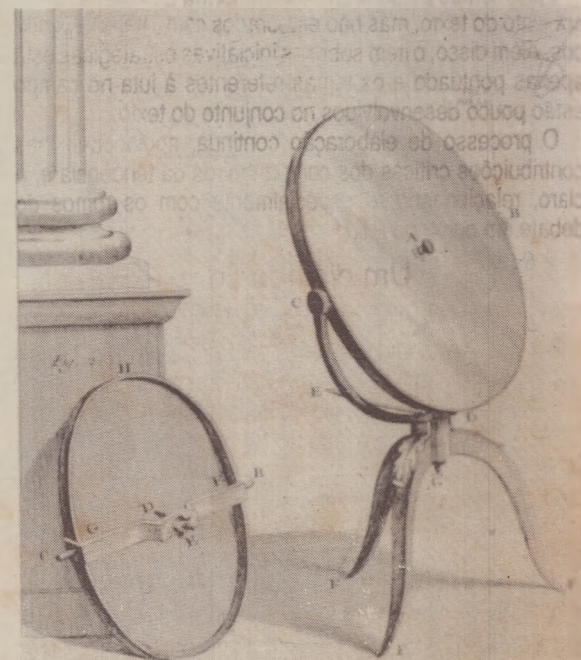
As teses “A alternativa Democrática e Popular” e “A construção do PT” são a expressão política desta vontade revolucionária que queremos compartilhar com todos os companheiros petistas.

Ele veio prá ficar



Toda força ao jornal que tem a sina de vir a ser o mais importante instrumento de comunicação do país.

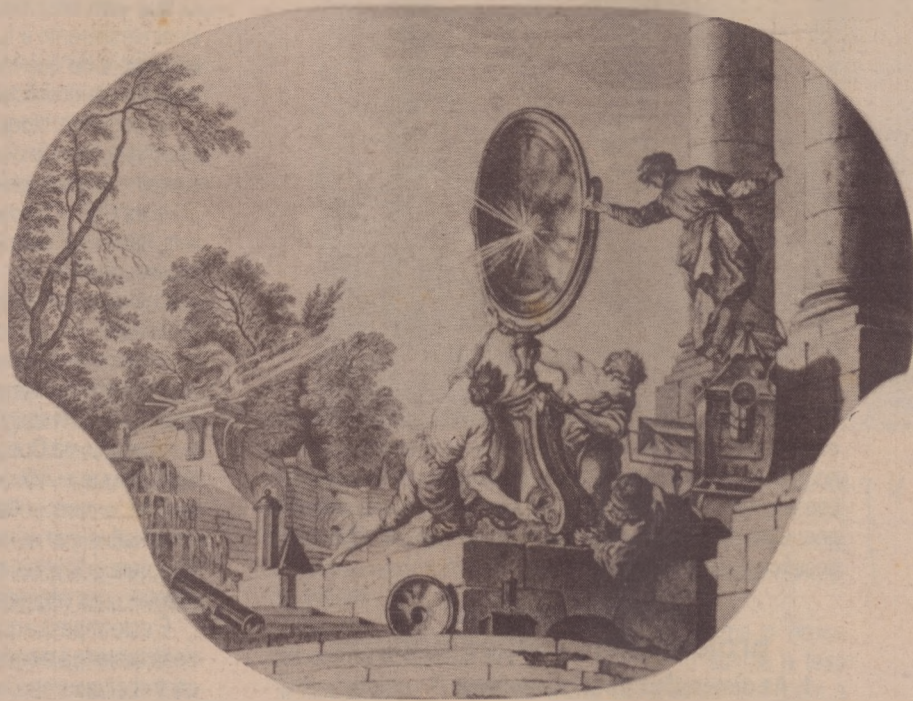
Contatos no telefone (011) 2207198,
Alameda Gleite, 1049 - CEP 01215
São Paulo - SP



Todas as ilustrações desta edição foram extraídas do livro **El espejo**, de Jurgita Baltrusaitis, Ediciones Polifemo, Madrid.

O poema **Hermand**, de Octavio Paz foi publicado no livro, **Arbol Adentro** (Ed. Seix Barral Barcelona), tradução de Juarez Guimarães.

A alternativa democrática e popular



Este texto, discutido e aprovado na Conferência Nacional da tendência Democracia Socialista, reflete o nosso atual estágio de elaboração sobre o tema "Socialismo e Estratégia".

Faltam a ele ainda algumas questões importantes. A elaboração programática não foi desenvolvida em duas questões fundamentais: a concepção de socialismo que defendemos, incidindo sobre o debate acerca do Estado, plano e mercado que está em curso hoje no PT e um programa democrático e popular que sistematize os fundamentos, os princípios de um programa articulado para superar a crise nacional.

Estes temas estão presentes de forma assistemática no conjunto do texto, mas não elaborados como itens específicos. Além disso, o item sobre as iniciativas estratégicas está apenas pontuado e os temas referentes à luta no campo estão pouco desenvolvidos no conjunto do texto.

O processo de elaboração continua, apoiando-se nas contribuições críticas dos companheiros da tendência e, é claro, relacionando-se especialmente com os rumos do debate em curso no PT.

Um diálogo com a tradição e o futuro

Esta tese pretende continuar e aprofundar as elaborações sobre estratégia aprovadas no V e VI Encontros Nacionais do PT. Pretende igualmente desenvolver o documento "**O Socialismo Petista**", aprovado no VII Encontro Nacional, no sentido de capacitar o PT a criticar e a construir uma alternativa à ideologia neoliberal.

Reivindicamos assim a noção básica de que o nosso caminho é a construção de uma alternativa democrática e popular, de caráter "anti-monopolista, antilatifundiária e anti-imperialista", como saída para a crise da sociedade brasileira. Continuamos também a idéia, aprovada no V e VI Encontro, de que a alternativa democrática e popular acumula forças e abre o caminho para a ruptura revolucionária com o poder das classes dominantes, no sentido da superação do capitalismo. E, se incorporamos a importância estratégica da participação na institucionalidade - inclusive com a vontade expressa de conquistar o governo do país - definimos o centro de nossa acumulação de forças no processo de auto-organização das classes trabalhadoras.

Esta tese contrapõe-se assim enfaticamente à proposta

de reduzir o horizonte do nosso movimento à luta pela "retomada do crescimento com distribuição de renda" nos marcos do capitalismo ou por reformas do Estado. Proposta que é acompanhada, em geral, pela ênfase exclusiva ou privilegiada na conquista de postos no Parlamento e nos governos como caminho para realizar as transformações pelas quais lutamos. E que, em nome de uma processualidade das transformações sociais, elimina o momento de uma ruptura global e concentrada da ordem estatal vigente.

Por outro lado, recusamos a idéia de que as hipóteses verificadas até agora nas revoluções vitoriosas (Greve geral insurrecional, Guerra Popular Prolongada, Guerrilha combinada com insurreição) sejam suficientes para apontar um caminho para a conquista revolucionária do poder no Brasil.

A tese procura atualizar a construção da alternativa democrática e popular em relação ao novo período criado com as grandes mudanças ocorridas a nível internacional, com a ofensiva ideológica do neoliberalismo, a eleição do governo Collor e o agravamento da crise nacional.

Ela conclui-se exatamente como uma série de propostas de construção e atuação do PT. Trata-se de, a partir da elaboração de nosso caminho estratégico, fazer a crítica das limitações ideológicas, programáticas e organizativas de nosso movimento que são responsáveis hoje por uma perda parcial da capacidade do PT em se construir como dirigente da oposição ao governo Collor e de construir a alternativa democrática e popular.

Propomo-nos assim a um triplo diálogo. Em primeiro lugar **um diálogo com a própria tradição da tendência Democracia Socialista** que, desde a sua origem propôs-se a abordar a construção do PT como um partido estratégico, a partir de uma perspectiva marxista e revolucionária. Esta postura que à época rompia com uma visão dogmática e estreita precisa agora ganhar continuidade e aprofundamento através da elaboração de uma hipótese estratégica para a revolução brasileira.

A tese propõe também um **diálogo com o próprio PT** em dois sentidos. É uma contribuição para a síntese que vai ser realizada no I Congresso e é, ela própria, uma elaboração construída a partir da experiência petista, dos grandes avanços mas também das contradições que nela estão presentes.

Em terceiro lugar, é um **diálogo com o futuro**. Não se trata aqui de elaborar uma espécie de "plano" para a tomada

Trata-se de contribuir para a fundação de um campo estratégico, a ser permanentemente reelaborado pela experiência.

A crise nacional tem uma raiz econômica, mas é cada vez mais também uma crise política e ideológica, de regulação estatal e de valores coletivos.

Fig: 1

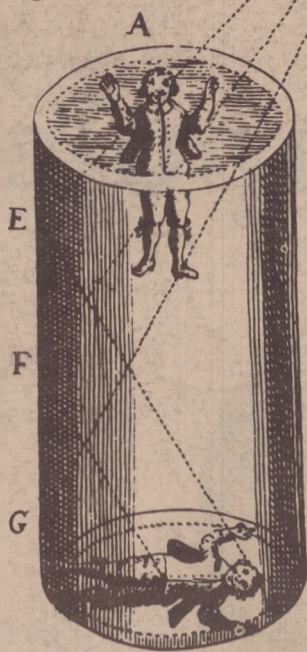
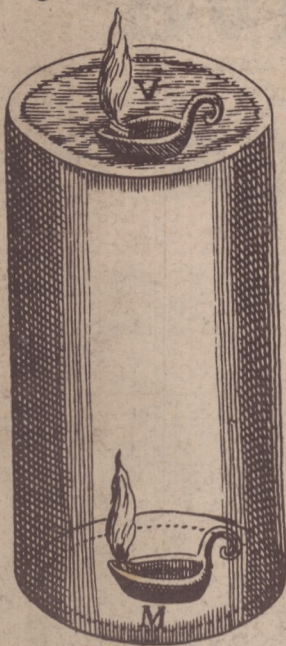


Fig: 2



*Além de espina por que desistiu?
Qual foi o momento de desistência?*

Trata-se de lutar contra um novo projeto de modernização conservadora do Estado e da economia, como quer o neoliberalismo.

*Trabalhador não venceu
leis, mas operários
para destruir equitabilis*

A construção de um movimento democrático-popular permite retomar a ofensiva ideológica, alterar a correlação de forças e aglutinar um pólo de oposição ao governo Collor.

do poder mas de contribuir para a fundação de um campo estratégico, a ser permanentemente reelaborado a partir da nossa experiência na luta de classes. É uma tese que, conscientemente, não pretende ser uma síntese completa nem uma resposta fechada para os complexos e históricos desafios que temos pela frente.

I. A crise nacional e o projeto democrático popular

1. As dimensões da crise nacional

O horizonte da crise nacional domina todo o cenário da vida brasileira. Ocupa já o imaginário coletivo, generalizando a idéia de uma sociedade que desliza inexoravelmente para o abismo. Frequente do cotidiano, com sucessivas calamidades sociais que, repetidamente, colocam em xeque os padrões mínimos de sobrevivência da maioria da população.

A crise tem uma base econômica evidente. O capitalismo brasileiro há mais de uma década - prensado pela crise e pela organização de novos padrões de acumulação da economia mundial - está estagnado ou em retrocesso. Mas seria simplismo entender a crise exclusivamente nesta dimensão. Ela é cada vez mais uma crise também política e ideológica, de regulação estatal e de valores coletivos.

É em torno da crise estrutural - suas raízes, suas dimensões, os pressupostos para superá-la - que se organiza toda a disputa ideológica, social e política que travamos.

Há muito tempo as classes dominantes incorporam a idéia de crise no seu discurso e disputam agressivamente - com o cinismo de quem são os reais responsáveis pela situação que atravessa o país - os princípios que devem orientar, no futuro, a organização da sociedade brasileira.

Daí porque o debate sobre o socialismo e a estratégia para alcançá-lo deve ser, sobretudo, a construção de um programa e de um caminho para vencer a crise, do ponto de vista dos trabalhadores. Esta é a responsabilidade histórica do PT.

2. A democracia como desafio estratégico.

A situação social do país se deteriora rapidamente. Milhares de trabalhadores rurais morreram pela reforma agrária, mas a estrutura latifundiária continua no fundamental intocada. Dezenas de milhões de trabalhadores foram à greve nos últimos anos por salário, emprego, redução da jornada de trabalho, melhores condições de vida. Hoje estas conquistas não apenas estão longe de serem alcançadas, mas estão ficando cada vez mais distantes, ao mesmo tempo que a renda se concentrou em favor dos bancos, latifúndios e monopólios. O neoliberalismo acelera o sucateamento do já precário sistema de educação, saúde e previdência, condenando milhões de brasileiros a todo tipo de sofrimento.

Conquistamos o direito de eleger representantes executivos e parlamentares, mas a política vigente continua sendo o jogo da mentira, da ilusão, do engano. Dezenas de milhões de brasileiros continuam expostos cotidianamente a toda sorte de violência contra seus direitos humanos fundamentais. A luta pela saída da crise do ponto de vista dos trabalhadores é a luta para levar até o final a conquista da democracia. Somos os herdeiros dos anseios de mudança

que alimentaram todo o período de resistência à ditadura, que se avolumaram na campanha pelas Diretas Já e se expressaram na campanha Lula Presidente.

3. Um período de impasse

Vivemos, no interior desta crise nacional, uma situação de impasse político. O projeto neoliberal - que unifica ideologicamente as classes dominantes - encontra dois bloqueios para se viabilizar. O primeiro deles é a ausência de capitais externos interessados em garantir os investimentos necessários para inserir a economia brasileira - ou setores dela - nas correntes mais competitivas do mercado capitalista mundial. O que vem ocorrendo nesta questão decisiva é o inverso: desinvestimento e fuga massiva de capitais, comprometendo a idéia de que uma saída capitalista para a crise possa permitir um novo ciclo de expansão econômica.

O segundo bloqueio ao projeto neoliberal é o grau de organização e independência política conquistado pelos trabalhadores brasileiros, representados principalmente no PT e na CUT. O movimento operário, popular e democrático tem tido força para impor recuos setoriais às ofensivas do projeto neoliberal.

O projeto democrático e popular encontra-se, por sua vez, bloqueado. De um lado, pelo controle conservador na institucionalidade e, de outro, pela pressão que a crise exerce sobre os movimentos sociais que lutam por conquistas econômicas. A eleição de Collor, de governos estaduais, e a composição do Congresso nacional desmentem as expectativas de que a via institucional se abra para reformas profundas na ordem política e econômica. As lutas de caráter corporativo, por outro lado, têm limites cada vez mais estreitos, pois o capital monopolista manobra livremente para manter suas margens de lucro no ambiente da crise.

É este impasse que renova os sentimentos de impotência, desesperança e ceticismo que ameaça inclusive adormecer os trabalhadores e os setores sociais que foram responsáveis pelos grandes avanços democráticos da década de oitenta. Nesse sentido, ele atua a favor das forças de conservação da ordem da mesma forma que as ilusões ufanistas favoreceram a ditadura militar no auge de seu poder.

Mas é preciso sobretudo chamar a atenção sobre os limites subjetivos (de consciência e de organização) do nosso movimento político, que influem diretamente no impasse estratégico da alternativa democrática e popular. A propaganda cotidiana e de massas contra o socialismo, a violenta ofensiva ideológica em torno dos valores neoliberais, o novo patamar dos desafios colocados com a posse do governo Collor exigem uma requalificação ideológica, programática e organizativa do PT. Trata-se de lutar não apenas contra um padrão de dominação burguesa em esgotamento mas também contra um novo projeto de modernização conservadora do Estado e da economia, como quer o neoliberalismo.

4. O movimento democrático-popular

Neste contexto de crise nacional e de impasse, a nossa memória e o nosso futuro convergem para a imagem do movimento político criado em torno da candidatura Lula. O surto de esperança criado por este movimento - em sua capacidade de disputar agressivamente a saída da crise, de combinar luta institucional e a ação direta das massas, de criar uma frente de correntes e de partidos sob a liderança do PT - é a referência política mais forte que acumulamos ao longo destes anos de luta.

Este movimento tinha grandes debilidades, que também contribuíram para a derrota eleitoral: debilidades organizativas, que impediram que obtivéssemos um saldo duradouro deste processo; limitações na capacidade dirigente do partido frente à magnitude do movimento; envolvimento muito restrito do movimento sindical na ação política; falta de enraizamento social em setores decisivos; diluição de nosso perfil ideológico socialista.

A vitória de um projeto democrático e popular e a solução da crise nacional requer a construção de um movimento democrático e popular de massas estruturado em caráter permanente, um movimento qualitativamente superior ao que formamos em 1989, que não apenas dispute eleições, mas que desde agora combata o projeto neoliberal e as iniciativas das classes dominantes em todos os planos, acumulando as forças necessárias para os enfrentamentos decisivos.

Retiramos os ensinamentos das experiências mais elevadas que já vivemos significa, assim, construir desde hoje um movimento democrático-popular melhor definido ideológica e programaticamente - portanto, com mais capacidade hegemônica - muito mais organizado na base e na direção, com mais amplitude e enraizamento social.

A construção de um movimento democrático-popular no atual período responde à necessidade de retomar a ofensiva ideológica, alterar a correlação de forças, organizar um polo de aglutinação da oposição ao governo Collor e abrir o caminho para a conquista do governo do país.

5. Os três veios do movimento democrático-popular

A sua organização em caráter permanente deve se dar principalmente a partir de três grandes veios.

O primeiro deles é a luta da CUT de resistência aos planos econômicos neoliberais e de exigência de um novo modelo econômico para o país. Além de bloquear a ação e isolar cada vez mais o governo Collor, a ação da CUT é indispensável para apresentar nacionalmente a classe trabalhadora como a força social fundamental para criar um projeto alternativo ao do grande capital.

O segundo veio de formação do movimento democrático-popular é a luta por reformas estruturais de caráter anti-imperialista, anti-latifundiário, anti-monopolista e contra a opressão das mulheres e dos negros que indiquem de forma positiva o nosso caminho estratégico de superação dos graves problemas vividos pelos trabalhadores e setores populares. Estas lutas por reformas estruturais devem se expressar inclusive em propostas de emendas constitucionais, marcando o perfil ofensivo de nossa intervenção nesta conjuntura.

O terceiro veio de formação do movimento democrático-popular abarca as ações de massa, eleitorais e parlamentares de oposição ao governo Collor. A apresentação de propostas alternativas de governo deve se combinar com a defesa de uma democratização radical do Estado, evitando que a crise do governo Collor seja canalizada para algum tipo de conciliação "pelo alto" através de um parlamentarismo adaptado às profundas deformações do sistema de partidos e de representações hoje existentes no Brasil.

Estas iniciativas poderão se concentrar e encontrar um momento de polarização social e política de conjunto na próxima disputa presidencial. O objetivo do movimento democrático e popular é vencer esta disputa e abrir um novo período de acirramento da luta de classes e de disputa de alternativas estratégicas para a sociedade brasileira.

6. O projeto democrático e popular e o socialismo. O projeto democrático-popular descortina o caminho de transição entre a nossa luta de hoje contra o capitalismo e a construção do socialismo.

Esta transição não deve ser entendida como a inauguração de um período histórico distinto, com a criação de um "capitalismo democrático e popular" e um "Estado burguês democraticamente avançado", como ilusoriamente preconizou a esquerda reformista no Brasil durante décadas (a noção de uma "revolução democrático-burguesa"). Nem propõe a possibilidade de uma utopia mais contemporânea de uma "social-democracia" nos trópicos, como se os desafios de transformação da sociedade brasileira pudessem se tornar orgânicos, passar por dentro, de uma aliança estratégica com os grupos do grande capital que dominam o país. É exatamente o contrário: os objetivos propostos pela alternativa democrática e popular só podem se realizar, de forma plena e global, em ruptura com o Estado do grande capital e com os seus centros de poder.

O que esta transição indica, em primeiro lugar, é o caráter permanente do processo revolucionário que destrói os centros de poder do capital e inicia a construção de uma sociedade socialista, sem abolir a especificidade de cada uma destas fases históricas. É uma crítica às posições esquerdistas ou maximalistas que dissolvem em um mesmo ato histórico a destruição da ordem burguesa e a construção do socialismo, não entendendo que o ritmo deste último não é condicionado apenas pela direção revolucionária do processo, mas pelo nível existente de forças produtivas e principalmente pela correlação de forças no plano nacional e internacional.

Em segundo lugar, o sentido de transição indica o caráter combinado das propostas que compõem o programa democrático-popular, que vão da garantia dos direitos humanos a formas extremamente avançadas de exercício da democ-



racia direta através da auto-gestão dos trabalhadores, da socialização dos setores importantes da produção ao apoio aos pequenos produtores rurais, da conquista básica da soberania nacional a iniciativas internacionalistas de conteúdo anti-imperialista de grande impacto.

Por fim, mas não menos importante, marca o nosso compromisso central e estratégico - como definiu a tese "O Socialismo Petista" aprovada no 7º Encontro - com a democracia. E é o grau de construção da democracia e do controle social que estabelecem - no fundamental - os avanços do processo de construção do socialismo, entendido como auto-emancipação dos trabalhadores e dos setores oprimidos.

II. A nova ordem imperialista

7. As linhas de formação da nova ordem

A superação da crise a partir do projeto democrático-popular terá que se impor contra as tendências que vêm dominando a formação da nova ordem imperialista. Estas linhas de força - que expressam uma ofensiva das potências imperialistas em todos os níveis - são mais que condicionantes externos: interferem diretamente no próprio desenvolvimento da luta entre as classes no Brasil.

Estas tendências podem ser apresentadas em três níveis.

No plano político, uma alteração na correlação de forças em favor das potências imperialistas, que inclusive se beneficiam em um primeiro momento da crise do Leste europeu. A crise da URSS, reunificação da Alemanha sob direção capitalista, a derrota eleitoral sandinista, os impasses da revolução salvadorenha, o isolamento da revolução cubana, as derrotas parciais mas cumulativas sofridas pelas classes trabalhadoras nos países capitalistas centrais na década de oitenta, a guerra do Golfo e a recuperação da capacidade de intervenção militar direta dos EUA são acontecimentos que marcam esta alteração na correlação de forças.

No plano econômico, os processos em curso nos países imperialistas - profunda renovação tecnológica, formação de novos blocos econômicos, expropriação de capitais via pagamento da dívida externa e diminuição profunda dos investimentos no Terceiro Mundo - alargam a níveis recordes as diferenças com os países da periferia capitalista e renovam os mecanismos de dependência.

No plano ideológico, trata-se de uma ofensiva historicamente inédita em sua amplitude no sentido de impor os parâmetros da sociedade capitalista - suas instituições, seus valores - como o horizonte inconteste da civilização. Explora-se ao máximo o fracasso histórico dos países do Leste, exaltam-se os valores do mercado, apresenta-se em nome da modernidade o socialismo como um passado proscrito.

8. A atualidade do anti-imperialismo

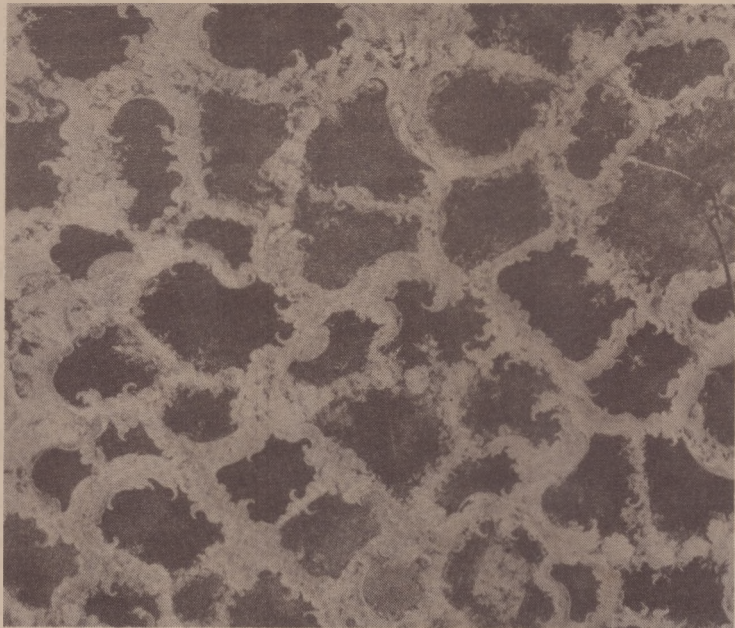
A resposta à pressão da nova ordem capitalista internacional deve fazer parte do projeto democrático e popular. Ele deve pois incorporar estrategicamente os elementos de ruptura com as tendências dominantes da nova ordem imperialista.

4 Linhas fundamentais.

O projeto democrático-popular descortina o caminho da transição entre a nossa luta de hoje contra o capitalismo e a construção do socialismo.

Este projeto deve prever alternativas às estruturas de poder, econômicas, militares e diplomáticas que reproduzem, garantem e legitimam os privilégios dos países imperialistas.

em número de class.



O caráter verticalizado e contraditório da dominação na sociedade brasileira, combinação específica de coerção e consenso, a diferenciação do modelo das chamadas "sociedades ocidentais".

com relação ao nacionalismo por se repetir

propriedade de intervenção política

Este movimento deve sobrepor-se a diferenciação e degradação do trabalho, para além da institucionalidade e das lutas de caráter corporativo.

Não se trata, evidentemente, de reeditar uma linha "terceiro-mundista", de construção de blocos para além da conformação ideológica dos governos ou forças políticas. Mas o projeto democrático-popular deverá incorporar programaticamente alternativas efetivas às estruturas de poder, econômicas, militares e diplomáticas que reproduzem, garantem e legitimam os privilégios dos países imperialistas.

Muito menos é o caso de semear de novo as ilusões em um desenvolvimento capitalista autônomo da sociedade brasileira, como quis o populismo. Mas é claro que a implantação de um modelo econômico voltado para atender os interesses e necessidades da população trabalhadora terá que se chocar diretamente com o sistema financeiro internacional, definir novas relações com o capital externo, afirmar-se através da vigorosa recuperação da capacidade de financiamento do Estado e de expansão do mercado interno.

Hoje, mais do que nunca, não há no plano internacional uma referência positiva de construção do socialismo. A afirmação de nosso projeto e de uma ideologia socialista terá que se enraizar a partir do nosso contexto nacional, seja pela construção de uma consciência anti-capitalista de massas, seja pela construção histórica de uma nova utopia.

O reconhecimento das profundas transformações no mundo não desatualizam a vigência do conteúdo anti-imperialista de nosso projeto democrático-popular. No coração do projeto neoliberal, com sua inserção passiva na ordem capitalista internacional, está o abandono da referência à nação. É um projeto no máximo para algumas poucas dezenas de milhões de brasileiros, que poderiam se beneficiar, direta ou indiretamente, de um eventual surto de modernização conservadora. O que o projeto democrático e popular propõe é, pelo contrário, refundar a nação a partir da ótica das classes trabalhadoras.

9. A centralidade da dimensão internacionalista

Tudo isso deixa claro que a luta pela democratização real da sociedade brasileira exige e integra a luta por uma nova ordem mundial. A ruptura com a nova ordem imperialista por parte de uma nação politicamente tão importante como a brasileira seria, por si só, um exemplo, um polo de atração para um conjunto de povos condenados por um longo futuro à miséria e à perda de identidade.

Esta dimensão internacionalista reivindica desde já a adoção de iniciativas estratégicas que vão no sentido de construir uma unidade com correntes e partidos afins em escala continental, a integração em nosso projeto de um forte componente latino-americanista e, ao mesmo tempo, capacidade ampla de diálogo com correntes socialistas, populares ou progressistas dos países capitalistas centrais.

III. A dialética da crise nacional

10. O caráter específico da dominação burguesa

A disputa pela saída da crise do ponto de vista democrático e popular implica em colocar em xeque os mecanismos, estruturas e processos através dos quais as classes dominantes atualizaram a sua capacidade de manter o poder e os privilégios em um contexto de crise nacional. É preciso, pois, compreender as formas pelas quais as classes dominantes barram

as contestações que sofrem nos planos econômico, político e ideológico.

É crucial, para isso, revelar o caráter extremamente verticalizado e contraditório da dominação na sociedade burguesa, combinação específica de coerção e consenso - que a diferencia bastante do modelo das chamadas "sociedades ocidentais", tipificadas pelos países capitalistas centrais.

No plano econômico, afirmou-se nas décadas de setenta e oitenta um capitalismo monopolista fortemente centralizado do ponto de vista do capital mas que - universalizando as relações mercantis - tem sido cada vez menos capaz de integrar no mercado de trabalho e de consumo, de forma estável, largas parcelas das classes trabalhadoras.

No plano político, construiu-se um enorme aparato estatal, moderno em várias dimensões, hiper-centralizador mas que - após um lentíssimo processo de transição do regime militar ao regime da "Nova República" - não conseguiu assegurar as condições de sua estabilidade, tem dificuldades em construir um sistema de partidos burgueses fortes e pode mesmo ver-se derrotado no plano do controle da institucionalidade.

No plano ideológico, estruturou-se um poderoso sistema nacional de meios de comunicação de massa, mas não se conseguiu estabilizar o funcionamento das instituições básicas de coesão do tecido social, como as escolas, igreja, a fábrica no sentido do disciplinamento da força de trabalho, etc. Pelo contrário, estes "aparelhos" vivem uma crise estrutural e permanente, algumas perpassadas por ideologias anti-capitalistas.

Este complexo de força e fraqueza das estruturas de dominação é o terreno em que o projeto democrático-popular deverá trabalhar para se tornar hegemônico e dominante.

11. As formas de domínio sobre a classe trabalhadora

Difícilmente poderia se comprovar que o capitalismo brasileiro conseguiu desenvolver fortes e duradouros mecanismos de integração do conjunto da classe trabalhadora, seja através de uma participação estável no mercado de trabalho, seja através do gradativo acréscimo do consumo de bens e serviços. Isto de fato existiu apenas para uma pequena parcela da classe trabalhadora e as tendências impostas pela crise nacional - menor taxa de crescimento, estagnação ou retrocesso da economia e do nível de emprego, pauperização relativa ou absoluta - vão exatamente no sentido contrário. Uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora vem sendo expulsa para o trabalho no mercado informal, com direitos e salários precários e instáveis.

Assim, as maiores barreiras que se interpõem à estruturação da classe trabalhadora como sujeito socialmente constituído na cena nacional são os violentos e profundos processos de diferenciação e degradação do trabalho. Através da diferenciação intensa - com desvios absurdos de renda, acesso à cultura e direitos sociais - dilacera-se, isola-se, corroi-se os esforços de construção da identidade da classe trabalhadora. Através de degradação violenta - exposição cotidiana e ininterrupta a situação de opressão, violência e miserabilidade - retira-se o tempo necessário à construção da consciência política, quebra-se a dignidade, avilta-se a auto-confiança e horizontes de vida.

Compreender isto - que os trabalhadores não se unificam espontaneamente apenas através da componente classista - é fundamental para nos aproximarmos da classe trabalhadora real, com suas incompletudes e heterogeneidade, vivendo em processo permanente de mudança.

12. Mutações e tensões na classe trabalhadora

Um processo de construção dos trabalhadores como sujeito histórico deveria levar em conta pelo menos as seguintes dimensões:

- a conformação estrutural e crescente de uma parcela ponderável da classe trabalhadora no mercado informal;
- as mulheres ingressaram nas últimas duas décadas no mercado de trabalho, em ritmo acelerado, perfazendo hoje quase 40% da força de trabalho, transformando-se em muitos setores na coluna vertebral da classe trabalhadora;
- há um enorme contingente negro da população trabalhadora - majoritária em alguns estados como o Rio de Janeiro e Bahia - que sofre uma opressão racial específica, entrelaçada com a situação de exploração;
- a miséria, a instabilidade das relações sociais e o recurso aberto ao disciplinamento dos pobres pela repressão (acima

manifestações classistas no âmbito de classe

mesmo de qualquer limite da legalidade) criam um quadro de violências permanentes, inclusive com a ação de órgãos policiais e para-militares.

Estes condicionamentos engendram tensões sociais e culturais fortíssimas no interior das classes trabalhadoras, que devem ser consideradas na construção de uma cultura partidária de massas.

13. Os vícios da institucionalização do corporativismo

A constituição das classes trabalhadoras como sujeito histórico exige que o movimento democrático-popular supere tanto os vícios da institucionalização (o deslocamento para a institucionalidade vigente do seu centro de gravidade) como os do corporativismo (movimentos reivindicatórios que trabalham às cegas, com horizontes estritamente econômicos, sem construir pontes com um projeto global).

Para avançar na construção das classes trabalhadoras como sujeito histórico, o movimento democrático e popular tem que conscientemente se sobrepor aos mecanismos da diferenciação e da degradação do trabalho, para além da institucionalidade e das lutas de caráter corporativo.

A institucionalização - a disputa parlamentar, a vida sindical limitada aos dissídios - deixa à margem de seu programa, de suas estruturas e ações a imensa parcela dos trabalhadores, cujo cotidiano é vivido aquém ou além das instituições, deixando-os expostos à condição de massa de manobra da direita populista ou do clientelismo.

O corporativismo expõe as divisões "naturais" da classe trabalhadora, produzidas pela reprodução cotidiana da sociedade, obscurece os caminhos da unidade entre pessoas já separadas por um alto grau de diferenciação cultural e de renda, apaga os sinais de solidariedade classista.

14. Neoliberalismo e democracia

Assim como falharam historicamente no sentido de promover uma integração do conjunto da classe trabalhadora no mercado de trabalho e de consumo, as classes dominantes têm dificuldades estruturais para reproduzir, no plano político, a sua dominação através de uma verdadeira democracia de massas. A crise social aguda e de larga duração, bem como a ausência de um sistema estável de partidos burgueses faz com que as disputas eleitorais tenham desenlaces incertos e explosivos abrindo espaços para importantes desempenhos eleitorais por parte de correntes políticas anti-capitalistas.

Neste quadro, a opção das classes dominantes vem sendo trabalhar o esvaziamento de um sentido democrático real do sistema de representação, isto é, da expressão, exercício e controle da vontade das maiorias.

Podemos identificar pelo menos três vias através das quais este esvaziamento é permanentemente reproduzido:

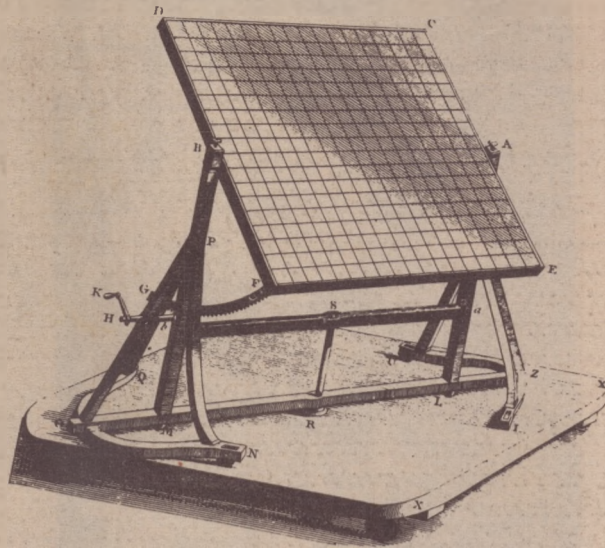
- a garantia de um funcionamento autônomo de centros vitais de poder (Forças Armadas, escalões-chaves da burocracia estatal, sistema de monopólios) fora do controle do sistema de representação eleitoral;
- a desideologização da política que acompanha a precária existência de partidos burgueses, elegendo o terreno do engano e do falseamento como a regra, bloqueando o desenvolvimento de uma cultura democrática de massas;
- deformações do próprio sistema de representação (legislação eleitoral, funcionamento do legislativo e executivo) que incentiva a quebra da verdade eleitoral (desfigurando a proporcionalidade entre eleitores e eleitos), o arrivismo através dos privilégios materiais oferecidos, a descaracterização dos partidos (ausência de um sistema de listas partidárias nas eleições, regime presidencialista, possibilidade de troca de partidos sem perda do mandato, etc).

Destituída do poder de provocar mudanças reais, as eleições e a própria política passam a alimentar fenômenos massivos de apatia, descrédito e alienação. A própria ideologia neo-liberal se encarrega de fazer a crítica da política e do sistema de representação pela direita, isto é, fazendo a apologia do mercado e as formas autoritárias de gestão.

15. Bloqueios e defesas da institucionalidade

O avanço eleitoral do movimento democrático e popular e a sua penetração na institucionalidade não são, por causa disso, automaticamente fatores de democratização real. Este avanço pode ser neutralizado e até se voltar contra o próprio movimento.

A conquista de governos pode gerar situações de impotência política, já que centros vitais de poder estão autonomizados em outras esferas. A criação de uma base eleitoral estável e crescente pode ser minada ou bloqueada na ausência de um



sistema de oposições partidárias "verdadeiras", que permita ao eleitor a acumulação e aprendizagem crítica. O próprio movimento democrático e popular pode sofrer fenômenos negativos de integração, isto é, incorporar práticas de privilégios e todo tipo de distorções típicas desta institucionalidade, principalmente nos executivos e parlamentos.

Se o avanço sobre a institucionalidade não vier acompanhado por processos significativos de controle social, de participação direta, da crítica intensa dos limites e desvios da própria institucionalidade, este avanço pode gerar o seu contrário. Por ironia, o desvio institucionalizante do movimento democrático-popular acaba por gerar a sua impotência no próprio terreno eleitoral, na medida em que dilui as características que fazem o PT diferente aos olhos do povo.

16. Uma hegemonia instável e problemática

As classes dominantes detêm uma hegemonia problemática - sem enraizamento social profundo, sem aparelhos estruturados de sua reprodução - e insegura. É preciso, pois, entender os caminhos através dos quais elas disputam a formação de valores, de correntes de opinião, de vontades coletivas no ambiente da crise nacional.

Em primeiro lugar, está a utilização decisiva dos meios de comunicação de massa, cujo monopólio não foi sequer arranhado no processo de transição para a "Nova República". Através deles, as classes dominantes têm acesso diário, nacional, a massas que não estão ao abrigo das instituições. O uso forte de imagens, de símbolos, da elaboração contínua de "sentidos comuns" (com uma técnica extraordinária de jornalismo e agitação popular) cativa setores da classe trabalhadora que não têm acesso à informação analítica, à cultura. Estes aparelhos de difusão centralizada procuram compensar assim a rede problemática e em crise dos "aparelhos de reprodução ideológica".

É fundamental entender, em segundo lugar, como as classes dominantes - sintonizadas com o neoliberalismo - reorganizam o seu "discurso de combate" para disputar as saídas da crise. É um discurso negativo (constrói-se a partir da negação do estatismo, do socialismo, do corporativismo sindical), crítico (para captar a insatisfação popular), de fundamentos (para formar opinião), sistemático (para se tornar senso-comum). Se as classes dominantes fazem uso de um fundamento estrutural de seu poder (a posse dos meios de comunicação de massa), no plano do discurso elas se valem de uma fraqueza do movimento democrático e popular: a ausência de um programa desenvolvido, fundamentado e coerente de superação da crise.

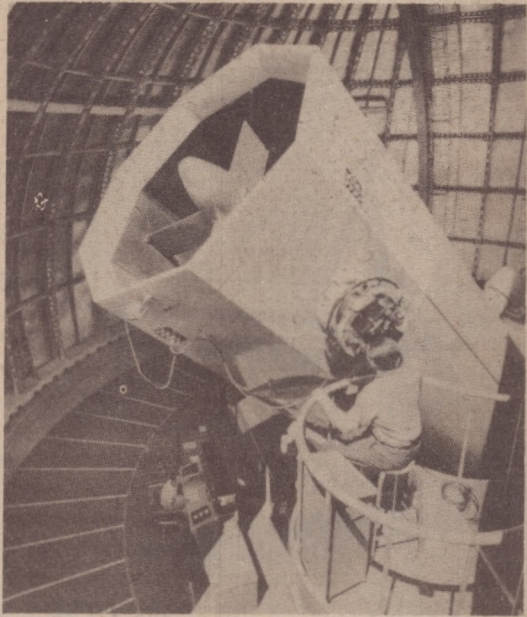
Outro elemento da disputa pela hegemonia no ambiente da crise nacional colocado em prática pelas classes dominantes é o que poderíamos chamar de "cerco ideológico" dos setores mais organizados e politizados da classe trabalhadora, que desenvolveram uma tradição

13.14.5 / El problema no es como destruir el corporativismo sino como hacer viable y estable el proyecto de un mov. democ. y popular en el pdnario - Control Social - Centro vitais no autonomos - quantização critica - critica interna - participacion direct

Por não provocar mudanças reais, as eleições e a política passam a alimentar fenômenos massivos de apatia, descrédito e alienação.

16. Gramscianismo distorcido. La sospecha de una hegemonia "puletaria" capaz de favorecer la polea a la hegemonia burguesa en sus sectores y sus operadores.

Trata-se de construir uma ampla hegemonia dos trabalhadores, capacitando-os a serem, eles próprios, os protagonistas da superação da crise.



A incorporação da luta das mulheres é fundamental para a construção da unidade e da hegemonia dos oprimidos.

A população negra sofre uma opressão específica, que resulta na sua discriminação e supressão de elementos básicos da cidadania.

classista. Procura-se isolar a coluna vertebral da classe trabalhadora, bloquear a sua capacidade de coesionar um bloco democrático-popular. Isso se dá em duas direções: criando referências carismáticas, símbolos, campanhas de opinião para os setores mais desorganizados e oprimidos das classes trabalhadoras; interferindo na construção de uma rede de intelectuais orgânicos, disputando aí agressivamente a visão de mundo ("novo individualismo", modernidade, crítica mais sofisticada dos socialismo e do marxismo).

Aqui também podemos dizer que as classes dominantes penetram em lacunas-chaves do movimento democrático-popular: a ausência de instrumentos de formação e organização dos intelectuais orgânicos em um sentido amplo (imprensa partidária, centros de cultura e de elaboração intelectual) e a ausência de canais de diálogo com os setores das classes trabalhadoras que não tendem à organização classista.

A estratégia democrática e popular

17. O sentido da estratégia

A estratégia deve ser entendida como o caminho para realizar o programa democrático e popular. Como tal, não pode ser formulada em separado: ela é o próprio programa em movimento, isto é, corresponde à opção de radicalizar em todos os planos a luta democrática.

Ela tem tanto um sentido de indicar os caminhos do nosso movimento político para todo o período atual (e não apenas os passos imediatos) como o de visualizar as relações estratégicas entre os vários componentes do movimento democrático-popular.

Trata-se de definir um campo estratégico, que permita formular as diversas opções de nosso movimento político diante dos impasses e possibilidades abertas pela crise nacional.

A estratégia incorpora tanto um momento crítico, negativo (bloquear a alternativa neoliberal, minar as estruturas de poder das classes dominantes) como um momento criativo, positivo (criar alternativas para a saída da crise, criar novas referências de exercício de poder).

Enfim, trata-se de construir uma ampla hegemonia dos trabalhadores na cena nacional, capacitando-os a serem, eles próprios, os protagonistas da superação da crise.

18. Hegemonia, trabalhadores e poder

Compreendemos esta hegemonia como a construção de um campo de forças majoritário na sociedade, ideologicamente inspirado no ponto de vista socialista, politicamente dirigido pelos partidos e correntes referenciadas nos trabalhadores e nas massas populares, voltado para coesionar a aliança dos trabalhadores com os setores e classes sociais que lhes são potencialmente aliados e orientado a se transformar em poder dominante.

Este novo poder, de natureza essencialmente democrática, se baseará mais na adesão ativa da maioria da população do que na coerção, de forma qualitativamente distinta do que ocorre no Estado burguês.

A ruptura da ordem capitalista só poderá se viabilizar face ao maior isolamento possível das classes dominantes, que

dificultem ao máximo a utilização da violência por parte destas classes e minimizem os custos sociais do processo de transformação social.

Esta compreensão diferencia-se, portanto, da visão de hegemonia como a construção de um consenso social progressivo, que acaba por diluir o antagonismo básico entre as classes. Nela, os trabalhadores são a base social privilegiada da hegemonia socialista. Não se opõe a representação classista dos interesses dos trabalhadores à construção de um projeto que pretenda ser universal.

Hegemonia é luta política e força organizativa e não apenas luta de idéias ou expressão parlamentar. E, se dá uma importância renovada ao sentido ético de nossa proposta, base de um conceito superior de civilização e relações humanas, não descama esta ética de seu caráter histórico concreto - necessariamente anti-capitalista - nem a desvincula de um programa e prática que são a própria expressão desta ética na luta de classes".

19. O bloco democrático e popular

A estratégia democrática e popular implica a formação de um novo bloco de forças, que substitua a burguesia no exercício do poder na sociedade brasileira. A formação de um bloco de forças liderado pelos trabalhadores implica, em primeiro lugar, um esforço para incorporar ideológica, política e organizativamente vastos setores da própria classe trabalhadora que, temos de reconhecer, estão à margem da tradição política classista encarnada pelo PT e pela CUT. É uma tarefa histórica decisiva: estes setores são uma espécie de vasto reservatório adormecido de forças revolucionárias e, ao mesmo tempo, uma fonte de alimentação permanente do clientelismo e da manipulação, da qual Collor é a expressão mais acabada.

Não podemos, como fazem os populistas de forma paternalista, atribuir a estes setores incapacidade estrutural e insuperável de desenvolver formas de auto-organização e expressão políticas próprias. <x>Mas é verdade que a violenta cassação dos direitos mínimos de cidadania, os fluxos migratórios e o desenraizamento social, a instabilidade no emprego exigem iniciativas estratégicas específicas que não reproduzem as mesmas tradições organizativas dos setores mais organizados da classe trabalhadora.

É necessário ressaltar o caso dos pequenos produtores rurais (entendidos como os pobres do campo), que integram organicamente o movimento classista expresso na CUT e no PT desde seus primeiros momentos e que se diferenciam dos pequenos empresários rurais por, apesar de deterem a posse dos meios de produção, estarem em contradição com o capital a partir da expropriação sistemática do trabalho familiar incorporado em sua produção.

A aliança estratégica dos trabalhadores com setores da pequena produção urbana e pequenos empresários rurais projeta o nosso movimento para além de uma referência puramente classista, em uma dinâmica anti-monopolista, antilatifundiária e antiimperialista. O projeto neoliberal - ao propor uma nova modernização conservadora assentada na priorização dos ramos da economia mais modernos, competitivos e relacionados com o capital internacional - tensiona as contradições entre os setores monopolistas e aqueles setores. Cria, portanto, uma conjuntura propícia para que o movimento democrático e popular lance raízes nestes setores que, não sendo portadores de um projeto histórico próprio, são susceptíveis à disputa de influência na dinâmica da luta de classes.

A nossa tradição classista tem pouca experiência e criou poucos instrumentos para desenvolver esta aliança. É preciso, pois, todo um esforço consciente para desenvolvê-la: absorver reivindicações programáticas, utilizar o potencial que a nossa penetração na institucionalidade coloca à disposição, socializar experiências positivas mas localizadas que já existem.

O movimento democrático-popular deverá, integrando a luta pela reforma agrária no centro de seu programa e de suas iniciativas, contribuir para fortalecer o Movimento dos Sem Terra. Este movimento, que tem realizado um esforço heróico de ocupações de terra, recebe ainda hoje pouca solidariedade ativa dos trabalhadores urbanos.

O PT, apesar de ter alcançado grande penetração na intelectualidade, não tem conseguido engajá-la mais organicamente no projeto democrático-popular. Abordando a crise da universidade e os limites que o Estado e o capitalismo brasileiro impõem ao desenvolvimento da comunidade científica, o movimento democrático popular deverá reforçar a sua

inserção nessa camada social tão importante para a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social.

A incorporação pelo movimento democrático e popular da luta das mulheres é fundamental para a construção da unidade e hegemonia dos oprimidos, pelo papel que cumpre a opressão de gênero na sustentação e reprodução do capitalismo.

Estrategicamente as mulheres, em suas diferentes formas de mobilização e organização, são um setor com enorme potencial anticapitalista, pois os pressupostos de sua libertação implicam no enfrentamento e destruição de elementos centrais das estruturas de dominação capitalistas, como a exploração em grau e qualidade diferenciada, a inserção específica no mercado de trabalho, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho, as políticas de controle populacional a partir do controle das funções reprodutivas das mulheres.

A população negra também sofre uma opressão específica, que resulta na sua discriminação e supressão de elementos básicos de sua cidadania. É, como as mulheres, um componente central do proletariado. O movimento negro, também policlassista e composto pelas mais variadas formas de organização da população negra, é objeto da disputa entre os projetos fundamentais de organização da sociedade. A sua integração no bloco de forças do socialismo depende da capacidade do movimento democrático e popular integrar efetivamente a luta contra o racismo.

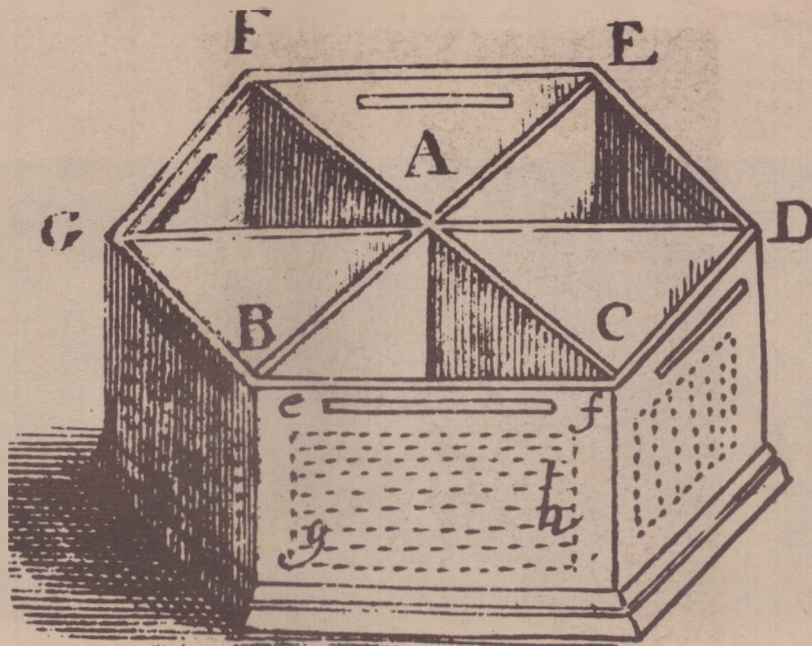
Outro setor que cumpre papel estratégico na conformação deste bloco democrático e popular é a juventude. Historicamente ligada às mudanças e às transformações revolucionárias, a juventude tem peso decisivo na sociedade e no proletariado brasileiro. O caráter da luta contra sua opressão - manifestado de um lado na sua rejeição aos valores e instituições sociais que buscam seu "enquadramento" na ordem vigente e, de outro, na sua resistência à integração ao mundo do trabalho do capitalismo - confere à juventude um enorme potencial de engajamento no movimento democrático e popular.

20. Os eixos de construção da hegemonia

A construção da hegemonia socialista e do movimento democrático e popular tem como eixo central o aprofundamento da organização independente dos trabalhadores e das massas populares, a potencialização de suas lutas e da sua auto-organização em todas as suas dimensões, incorporando os diferentes aspectos da luta contra a opressão das mulheres e da discriminação racial. É este processo que capacitará a maioria da população a desenvolver novas referências de participação política e, no futuro, quando a correlação de forças o permitir, de exercício do poder popular.

Uma segunda dimensão, que tem ganho um peso crescente, é a expressão deste desenvolvimento no quadro das instituições de dominação burguesa, da institucionalidade estabelecida pela Nova República. Aí, o desenvolvimento da organização independente e da auto-organização popular combina-se com a criação de um movimento que pressione pela superação da institucionalidade atual, através do aprendizado político prático das massas, através do despertar de forças democráticas adormecidas. Hoje, a enorme massa de trabalhadores permanece alheia ou alienada de seus direitos democráticos reais; buscamos que elas desenvolvam experiências de participação direta, de auto-gestão, de novas formas de exercício da democracia representativa, de democracia participativa. Neste movimento, os limites da democracia estabelecida serão não apenas alargados mas, se formos vitóriosos, ultrapassados.

Em terceiro lugar, temos o desenvolvimento de lutas anti-monopolistas, antilatifundiárias e antiimperialistas. A luta anti-monopolista tem no movimento sindical o seu veio natural de aglutinação. Ela se desdobra na organização e luta dos trabalhadores dentro das empresas, no limite impondo o controle operário no interior de empresas ainda sob propriedade capitalista, e na luta política mais geral para estabelecer limites práticos e, se possível, legais à ação das grandes empresas monopolistas nacionais e estrangeiras. Esta é, junto com a defesa das estatais, a luta pela sua desprivatização e pela instauração do controle dos próprios trabalhadores de sua gestão, a coluna vertebral da luta democrática e popular na esfera da economia. Em boa medida, ela é inseparável da luta antiimperialista que é, porém, muito mais ampla. Esse é um eixo de mobilização



popular historicamente importante em nosso país, mas em grande medida perdido desde o golpe militar de 1964. O aguçamento da luta política e a clarificação do papel nela desempenhado pelo imperialismo tenderão a reatualizar esta vertente da luta democrática. Quanto a luta antilatifundiária, seu papel na mobilização dos trabalhadores rurais nunca poderá ser subestimado, constituindo o eixo em torno do qual pode se soldar e expandir a aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo.

O quarto plano da luta pela construção da hegemonia dos trabalhadores e de embriões de um futuro poder popular é a forma como introduzimos a disputa em todas as esferas da sociedade - disputa de idéias, de valores, de direitos. A constituição de uma nova cultura libertária é indispensável para criar novas referências de relações humanas, constituir relações sociais isentas de exploração, opressão e dominação; democratizar o acesso à cultura; superar as opressões de gênero, raça, nação (particularmente para os povos indígenas), opção sexual, viabilizar o pleno respeito dos direitos humanos.

O quinto plano da disputa de hegemonia diz respeito à capacidade do movimento democrático-popular inibir, neutralizar, resistir ao uso de forças militares e policiais pelas classes dominantes. Ele prevê tanto a pressão pela democratização das Forças Armadas, pelo seu controle social, como a criação de uma capacidade de resistência autônoma do movimento democrático e popular (controle de centros estratégicos, estruturas de auto-defesa etc).

Este plano também se desenvolve através de uma política que vise a desmilitarização do sistema policial e sua democratização, com a livre organização e plenos direitos políticos de seus membros e que, por outro lado, busque subverter a base das Forças Armadas (por exemplo, através de campanhas antimilitaristas na juventude), forma mais eficiente de neutralizá-las.

Por fim, a construção da hegemonia popular deve integrar a criação, no plano internacional, de capacidade de mobilizar apoio, de representação e diálogo amplo - de forma a contrarrestar a pressão do capital internacional, inclusive a possibilidade de uma intervenção militar direta. Esta dimensão da estratégia de luta pelo poder está estreitamente ligada à construção de uma prática internacionalista por parte do movimento dos trabalhadores no Brasil.

21. A institucionalidade e a estratégia

Nesta hipótese estratégica, as posições conquistadas na institucionalidade - parlamento, executivos - integram o movimento democrático-popular, fazem parte do seu sistema de forças. Isto não é automático: dependendo da política adotada, a presença na institucionalidade pode ser neutralizada ou até mesmo se voltar contra o movimento democrático e popular.

Para que essas posições contribuam para o processo de construção da hegemonia dos trabalhadores é preciso que elas cumpram três papéis complementares: a capacidade de contestar política e ideologicamente a institucionalidade a partir (de dentro) a capacidade de pressionar por espaços democráticos, reformas, conquista de direitos no limite máxi-

20. / Os seis "eixos" de la hegemonia del mov. dem. y popular componen un sistema programático de la C.O. de la lucha de clases, su autodeterminación y se pone la ~~lucha~~ lucha en relación directa con la lucha revolucionaria internacional. Todo se reduce a momentos técnicos, control social sin crisis de clase, utopía libertaria, intentos ocurrir una mayoría creativa

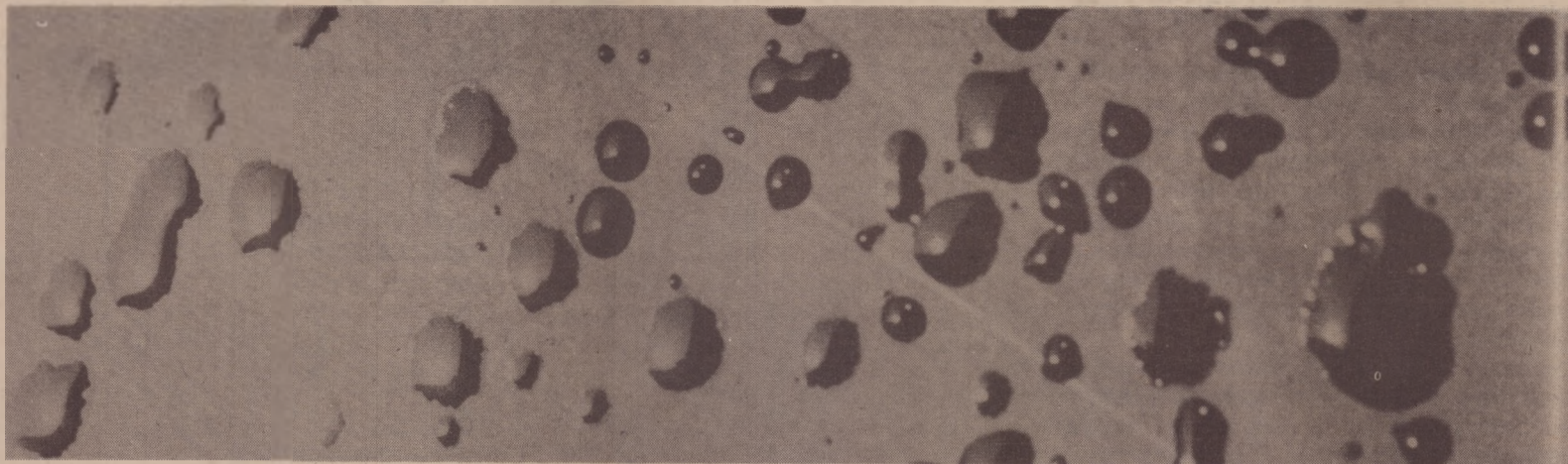
As posições conquistadas na institucionalidade integram o movimento democrático-popular e fazem parte de seu sistema de forças.

A ruptura com a ordem burguesa será resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre os centros de poder burgueses.

Uma proposta importante para a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social.

de se

so as la opressão como fono la lucha central directa sin la colaboración de los oprimidos con el capitalismo



A possível vitória eleitoral em 1994 não é o ponto final de nossa estratégia de luta pelo poder na sociedade brasileira..

mo permitido pela correlação de forças; a capacidade de estimular no âmbito de sua atividade movimentos de ofensiva contra as classes dominantes.

A tradição revolucionária sempre marcou com ênfase o princípio de participação antagonista na institucionalidade. É evidente que com uma hipótese estratégica que, sem abandonar a noção de ruptura revolucionária da ordem, trabalha bastante com os elementos processuais da acumulação de forças e, a partir de um momento de aceleração do processo, da construção da dualidade de poderes, as duas outras dimensões têm a sua importância renovada.

Todas estas três dimensões ressaltam a idéia de que as posições conquistadas na institucionalidade devem se articular com o conjunto do movimento democrático-popular, isto é, constituem um desafio à capacidade do partido (ou partidos) de constituir pontes, vínculos de unificação com o processo de auto-organização dos trabalhadores, única forma de conferir um papel estratégico subversivo à participação na institucionalidade.

22. Uma hipótese estratégica central

A partir da experiência que estamos desenvolvendo nos últimos anos, formulamos a hipótese estratégica de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre os centros de poder burgueses, isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação de formas de poder popular.

Nesta hipótese, a acumulação de forças na institucionalidade burguesa integra estrategicamente o processo de construção da hegemonia, de alteração da correlação de forças entre as classes sociais e de isolamento do grande capital. Ela tem um sentido de negação evidente: trata-se de ir minando os mecanismos de controle e de reprodução do grande capital, impedindo que ele possa movimentar um aparelho de Estado coeso e integrado contra o poder popular. Mas deve ter igualmente um sentido positivo: a ocupação de posições nos campos parlamentar, e executivo pelos trabalhadores tem já de ir se constituindo em pontos de apoio para a condução de lutas mais contundentes, criando referências novas de exercício de poder.

Para ser capaz disso, o movimento democrático-popular tem que ter o seu centro de gravidade na sociedade civil, nos processos de organização autônomos dos trabalhadores e não na institucionalidade que ele critica e quer superar. Este centro de gravidade tem uma dimensão tanto ideológica (a não aceitação de parâmetros da ordem burguesa como limites ou referências para o nosso movimento), programática (a coerência de nossa prática institucional com os princípios do novo Estado que queremos fundar), organizativa (a participação na institucionalidade não pode sufocar ou se chocar com a auto-organização dos trabalhadores)

23. As disputas eleitorais e a estratégia

Neste campo estratégico, as disputas eleitorais podem se constituir em momentos importantes para provocar alterações na correlação de forças.

As experiências de disputa eleitoral nos últimos anos mostraram o impacto que estes processos podem ter na

evolução e nos ritmos da conjuntura.

Em 1988, as vitórias eleitorais combinadas com o ascenso das lutas de massa contra o governo Sarney e sua política econômica abriram um novo patamar para a disputa de rumos da sociedade, colocando o PT como alternativa de governo para amplos setores da sociedade.

Em 1989, a profundidade da crise de dominação expressa na inexistência de uma candidatura aglutinadora do campo burguês e a polarização do campo progressista pelo PT possibilitaram ao Partido disputar uma alternativa global, do ponto de vista dos trabalhadores, para o enfrentamento da crise.

Já em 1990 a paralisia do PT e as vacilações que levaram a CUT ao entendimento nacional impediram que o processo eleitoral se transformasse num instrumento de enfrentamento do governo Collor. Nesse processo ganhou corpo a legitimação das candidaturas Quéricia e Brizola à sucessão presidencial.

24. Cenários de evolução da conjuntura

É dentro destes marcos que podemos analisar os rumos possíveis de evolução da conjuntura. É preciso considerar com dois tipos de cenários básicos no próximo período. Ambos trabalham com a idéia de que batalhas decisivas entre o movimento democrático popular e a burguesia serão travadas antes de 1994. Nenhum dos dois parte da hipótese, hoje bastante improvável, do governo Collor conseguir superar seus maiores impasses.

Um primeiro cenário, aquele pelo qual lutamos, pode se delinear se o desgaste do governo Collor se aprofundar sob o peso de vitórias do movimento democrático e popular nas lutas econômicas e políticas ligadas ao combate ao desemprego, à política recessiva, à reforma agrária, à reforma constitucional. A intervenção do PT na rejeição dos termos "burgueses" de resolução da crise de regime (de parlamentarismo como conciliação) pode criar condições favoráveis à transformação da campanha presidencial de 1994 num elemento catalisador de um novo patamar de "acúmulo de forças" chegando à vitória eleitoral e até mesmo a abertura de uma crise revolucionária.

A possível vitória eleitoral em 1994 não é, portanto, o ponto final de nossa estratégia de luta pelo poder na sociedade brasileira. As classes dominantes tentarão manter um eventual governo democrático e popular nos limites da ordem capitalista e, caso não alcancem este objetivo, tentarão desestabilizá-lo e derrotá-lo pelo uso da força se necessário. Ela desencadeia um período de acirramento dos conflitos que tanto pode conduzir a uma ruptura revolucionária vitoriosa por parte dos trabalhadores quanto a uma derrota histórica do nosso movimento, se não nos prepararmos adequadamente para estes enfrentamentos.

Trabalhar com tal hipótese de evolução da conjuntura exige considerar a capacidade de iniciativa da burguesia tanto para impedir uma vitória eleitoral do campo democrático popular como até pelo recurso às forças armadas, sob formas combinadas de tutela militar com "democracia" mais autoritária do que hoje, formas que o Brasil e outros países já conheceram em situações de crise da dominação burguesa.

Alvo del reformismo histórico.

Chapitmo con ideologia.

Uma competição de aparelhos.

A construção deste movimento cria um campo de colaboração permanente entre as iniciativas na institucionalidade e no movimento de massas.

*É isto possível?
Tudo para evitar a institucionalização da burguesia.*

O segundo cenário supõe a agudização da crise do governo Collor e sua evolução para uma situação de crise de regime com o PT mantendo a situação de paralisia e desorientação. Tal conjuntura pode garantir a passagem para um novo regime, parlamentarista, que resolva por um certo período a crise institucional que já começa a se delinear face as dificuldades de articulação de um campo de alianças mais sólido de sustentação do governo Collor e pelo descrédito de sua política econômica.

25. Valor estratégico das eleições presidenciais

A valorização do objetivo de vencer as próximas eleições presidenciais neste campo estratégico que estamos elaborando é importante, em primeiro lugar, porque a superação da situação de paralisia do PT e a unificação e a politização das lutas pela CUT e o movimento popular por si só não apontam para uma evolução da conjuntura que permita ao movimento democrático e popular por em xeque a dominação burguesa no país.

Nesse quadro, a capacidade do PT e da CUT retomarem a ofensiva na conjuntura, impondo derrotas ao governo Collor, pode atingir nas eleições presidenciais de 94 um novo patamar de disputa global de projetos e de generalização de processos de auto-organização das massas.

Em segundo lugar, esta disputa coloca o movimento democrático-popular diante de três desafios.

- ✕ O primeiro deles é a do PT se construir como a grande referência de oposição de massas ao governo Collor.
- ✕ O segundo é retomar e consolidar perante a maioria da sociedade brasileira a posição de uma alternativa de governo para o país, no sentido da superação da crise nacional.
- ✕ O terceiro é construir um movimento político capaz de desenvolver criativamente a construção da hegemonia dos trabalhadores nas dimensões expostas, evitando que uma eventual vitória nas eleições presidenciais seja neutralizada ou mesmo se volte contra o próprio movimento democrático-popular.

Em resumo, a possibilidade de transformar a crise do governo Collor em ponto de apoio para o avanço do movimento democrático e popular supõe a capacidade do PT conseguir imprimir às lutas de massa por reivindicações econômicas, democráticas e populares uma dinâmica de convergência e unificação política e ideológica. Suopõe sua articulação com iniciativas arrojadas no terreno institucional em torno de demandas democráticas radicais (nas prefeituras, nas bancadas parlamentares) e a elaboração de um programa de reformas estruturais em benefício da classe trabalhadora e do povo. Esse processo pode ter na campanha de 1994 seu ápice, mas sua evolução depende da capacidade do PT, da CUT e das organizações populares retomarem a partir de agora a ofensiva contra Collor e demais setores do campo burguês. Significa rejeitarmos a subordinação do plano estratégico do Partido ao calendário eleitoral ou a qualquer outra iniciativa institucional.

A construção do movimento democrático e popular

26. Objetivos da construção do movimento democrático-popular

A construção do movimento democrático-popular responde a três necessidades estratégicas.

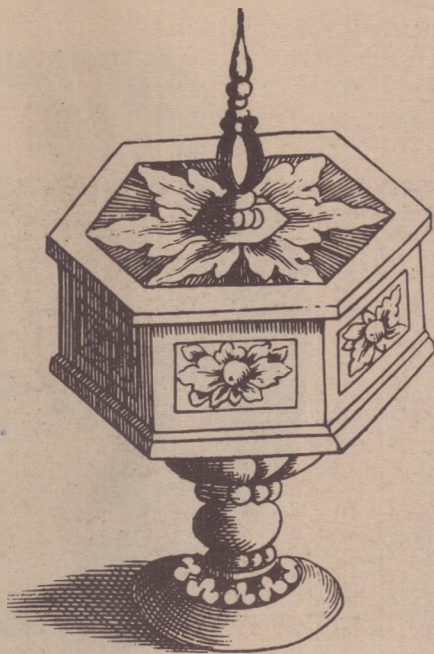
A primeira é a de criar um *campo de colaboração permanente* entre sindicatos, associações de moradores, estudantes, de mulheres, movimento negro, administrações populares e mandatos parlamentares em torno a iniciativas comuns. O atual fracionamento, a perda de uma visão global e, às vezes, até o choque entre entidades e instituições dirigidas por petistas é um dos aspectos mais evidentes de nosso impasse estratégico atual.

Em segundo lugar, a construção do movimento democrático e popular instala uma ponte permanente de mútuo estímulo entre as iniciativas na institucionalidade e o movimento de massas. Em síntese, permite dar uma dimensão de *massas* às ações no campo da institucionalidade e uma dimensão *política* às lutas de caráter corporativo.

Por fim, cria uma *dinâmica frentista permanente* entre os vários partidos e correntes (PT, PCB, PC do B, PSB) vinculados aos trabalhadores e setores populares. Esta dinâmica frentista pode, inclusive, ir ganhando um contorno orgânico crescente (fóruns comuns, comitês de base, etc) à medida que o movimento democrático-popular for se formando.

27. Um novo papel estratégico para a CUT

*Centro de Sus
toposomiatos que
articula todos los demas
tormentos que dicen antes.*



A definição deste campo estratégico permite abordar os impasses estruturais da CUT, premida historicamente entre uma prática com traços corporativos muito fortes e a dificuldade de trilhar um caminho de politização, sem se partidizar ou perder a sua dimensão sindical de massas, isto é, de defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores, sem distinção de ideologia ou filiação partidária.

A crítica do corporativismo tem várias dimensões estratégicas. Tem uma natureza programática evidente: a CUT deve ter um programa de superação da crise nacional a partir do ponto de vista dos trabalhadores, isto é, um elenco de reformas básicas e estruturais do Estado e da economia. A reivindicação destas reformas estruturais não se confunde com um programa de governo; significa simplesmente que a Central não aceita os parâmetros de gestão da crise fixados pelas classes dominantes como limite de seu horizonte reivindicativo.

Abordando as relações do Estado com a economia e os direitos sociais, a relação da economia brasileira com a nova ordem imperialista, a reforma agrária, uma política de salários e preços, uma reforma financeira e tributária, este programa deve ser popularizado ao longo da década como princípios contrapostos ao neoliberalismo, base social de resistência a governos adversários e base social de apoio a eventuais governos do campo democrático-popular.

Tem, em segundo lugar, uma dimensão de aproximação da classe trabalhadora brasileira real, com suas carências e especificidades, muito distintas das situações vividas pelos assalariados dos países capitalistas centrais, cujos modelos de ação sindical são, muitas vezes, dogmaticamente importados. O que é organizar sindicalmente uma classe trabalhadora que tem quase a metade dos seus membros no setor informal da economia, que mesmo quando está no mercado formal tem uma estabilidade precária no emprego? O que é defender os direitos de uma classe trabalhadora que - além dos salários e empregos precários - não tem acesso a uma série de direitos básicos da civilização?

Se queremos entender o sindicato como órgão de defesa do conjunto da classe trabalhadora tal como ela é verdadeiramente, o sindicalismo deve, por definição, se projetar socialmente, deve buscar a classe trabalhadora onde ela vive, mora, circula, não aceitando encarar o trabalhador apenas em sua dimensão produtivista, como força de trabalho, como mercadoria.

Assim, a CUT tem de incorporar, além da dimensão reivindicativa, iniciativas de solidariedade, associativismo e culturais para conseguir organizar uma classe que não está estratificada em camadas estáveis pelo capital.

Nunca se pode enfatizar o suficiente a importância estratégica da organização por local de trabalho. Ela é decisiva para capacitar os trabalhadores a, no futuro, gerir diretamente os setores básicos da economia. Sem ela, o movimento democrático e popular não poderá travar as batalhas decisivas na esfera da economia. Esta é uma dimensão da organização e do aprendizado político dos trabalhadores que tem que ser construído desde hoje, através da conquista do espaço democrático nas empresas. A CUT e o movimento sindical brasileiro tem, porém, demonstrado uma grande dificuldade de tratar este problema. As organizações por

A CUT tem de incorporar iniciativas de solidariedade, culturais e de associativismo para organizar uma classe trabalhadora que não está estratificada em camadas estáveis pelo capital.



Diante da crise o modelo corporativo do sindicato de negociação de dissídios, verticalizado e economicista é um freio até para cumprir suas funções reivindicativas.

local de trabalho são encaradas por muitos setores como um prolongamento dos sindicatos nas empresas. Não existe um esforço consistente dos sindicatos de implantar a organização por local de trabalho e muito menos de fazê-lo de forma autônoma dos aparelhos sindicais. Esta é uma debilidade estratégica que teremos que superar.

O movimento sindical tem também um papel estratégico na luta pela redução da jornada de trabalho, possibilitando a amplas parcelas do proletariado o acesso ao tempo livre mínimo para - caso deseje - desenvolver níveis variados de participação política. Isso se desdobra tanto na luta pela redução legal da jornada, hoje em 44 horas, como do controle e limitação à utilização de horas-extra (naturalmente vinculada à luta salarial). Não há possibilidade de generalização da participação política da classe trabalhadora sem a garantia de tempo para o seu exercício. E, nas condições de existência de um vasto contingente de desempregados estruturais, é uma luta decisiva para a expansão do acesso ao mercado formal de trabalho de parcelas maiores do povo trabalhador.

Tudo isto tem conseqüências organizativas. O modelo corporativo do sindicato de negociação de dissídios, verticalizado e economicista, passa a ser um freio até para cumprir suas estritas funções reivindicativas à medida em que a crise avança. Democracia, organizações horizontais (e não apenas no local de trabalho), estruturas de enlace com o movimento popular, valorização dos departamentos culturais e de associativismo fazem parte de uma nova forma de organização para um novo sindicalismo.

A crítica radical do corporativismo ilumina as trilhas da CUT na hipótese estratégica definida. A CUT tem a vocação de ser a grande referência de aglutinação de massas do movimento democrático e popular. Não apenas no sentido de criar formas e referências de unidade para diferentes setores da classe trabalhadora mas também pelo fato de ser a única base social estável de vertebração nacional do movimento democrático e popular - fora dos raros momentos em que a disputa eleitoral ou uma crise mais grave incentiva naturalmente a nacionalização das lutas. De fato, a classe trabalhadora - apesar de suas fortes diferenças internas e regionais - é a mais nacional das classes sociais.

É, no entanto, a dimensão democrática do papel estratégico da CUT que deve ser ressaltada: a de gerar um movimento pelo controle social da economia contra o poder dos monopólios. Trata-se de combinar o controle operário da produção com ações de controle social mais amplas, inclusive fazendo uso da institucionalidade, revelando as formas ditatoriais pelas quais o grande capital aumenta preços, demite, organiza a fuga de capitais, articula espaços de especulação, foge do fisco, corrompe e privatiza o Estado.

A crise atual expõe até o limite a contradição entre os interesses do grande capital e os interesses da maioria da sociedade. A CUT tem diante de si o desafio histórico de transformar esta contradição em um impulso poderoso de democratização da sociedade.

Este caminho de descorporativização da CUT resalta a importância central da *greve política de massas* na hipótese

estratégica que estamos elaborando. Elas são momentos-chaves para provocar fortes alterações na correlação de forças, para elevar a consistência organizativa do movimento democrático-popular e bloquear iniciativas decisivas do programa econômico neoliberal.

28. As reformas e a ruptura revolucionária

Nesta concepção estratégica, a ruptura revolucionária é identificada como o momento de transcrescimento da luta democrática, que atinge um patamar em que suas reivindicações não são absorvíveis ou colocam em xeque os centros de poder da ordem dominante. Ela catalisa, assim, as transformações da correlação de forças entre as classes, centralizando todo um processo de rupturas conquistadas pelo movimento democrático-popular.

Tal forma de conceber o processo da revolução como transcrescimento da luta democrática indica como a luta por reformas deve ser abordada pelo movimento democrático-popular:

- ✕ - elas devem ser concebidas como reformas estruturais, globalizantes, que superem a mera disputa da distribuição de renda e de direitos e impliquem na democratização das estruturas de poder que geram e reproduzem a exclusão e opressão dos trabalhadores a nível político, econômico e ideológico;
- ✕ - elas devem apostar ofensivamente na alteração da correlação de forças, isto é, não devem ser vistas a partir da projeção para o futuro da situação atual, concebendo a correlação de forças como estática. As reformas pelas quais lutamos não são apenas aquelas imediatamente possíveis de serem conquistadas na atual correlação de forças, mas são elas próprias movimentos para alterar a correlação de forças;
- ✕ - elas devem prever patamares cada vez mais elevados de organização e de consciência do movimento democrático e popular, isto é, devem ser momentos não de reforço ou de legitimação da ordem, mas de sua contestação e subversão e de construção de alternativas a ela.

29. Seis eixos de luta pelas reformas estruturais

A luta por reformas estruturais é o segundo grande veio de formação do movimento democrático-popular. Trata-se de organizar campanhas em torno a propostas que façam a ligação entre o sentido antimonopolista, antilatifundiário, antiimperialista e antineoliberal de nosso programa e os grandes problemas cotidianos vividos pelos trabalhadores do país. Elas devem ter, inclusive, expressão em proposições de reformas constitucionais.

O primeiro campo de iniciativas deve ser o de uma proposta de democratização radical do Estado, abrindo caminho para a transformação da crise do governo Collor em um questionamento das instituições da "Nova República". Inclusive do seu próprio calendário eleitoral: não deve ser subestimado aqui a hipótese de uma crise orgânica do governo Collor bem antes do final de seu mandato. Trata-se com esta proposta de democratização radical do Estado de criar uma alternativa ao "presidencialismo imperial" e ao

"parlamentarismo da conciliação", apoiado no Congresso atual fisiológico e deformado na própria representação proporcional.

A segunda destas propostas deve ser a de uma reforma agrária vinculada a diretrizes de política agrícola destinada a reorganizar e dar um salto na produção de alimentos para consumo interno. Ela tem o triplo sentido de contestar as prioridades da política agrícola vigente, de combater concretamente a propriedade latifundiária, de dar um forte respaldo nacional (inclusive no plano institucional) ao Movimento dos Sem-Terra, criando ao nível da produção as condições favoráveis para a superação da fome e da subnutrição.

A terceira proposta teria um conteúdo distributivo explícito de renda, em ampla escala, abrindo um farto campo de denúncia das formas pelas quais o grande capital (industrial, financeiro e agrário) realiza os seus super-lucros com a conivência ou respaldo do Estado. Contra a idéia de um pacto social, nós propomos uma política de controle radical sobre os preços praticados pelo capital monopolista, de elevação significativa dos salários, de redução drástica dos juros cobrados pelo capital financeiro e de penalização tributária das rendas do grande capital, visando quebrar a pirâmide da concentração de renda. Ela visa estabelecer uma ponte entre as reivindicações distributivistas dos trabalhadores e a necessidade do controle social sobre a economia. Tem o claro sentido de ser uma alternativa à política econômica neoliberal que agrava a recessão sem controlar a inflação. Visa criar um campo nacional comum de lutas para a CUT.

A quarta proposta, de caráter anti-imperialista, visaria a convocação de um plebiscito nacional pelo não pagamento da dívida externa e a reconversão dos pagamentos correntes dos juros em educação e saúde. Esta campanha deveria ter uma dimensão internacionalista, com ênfase no continente latinoamericano. Ela pretende inverter o sucateamento dos serviços públicos nestas duas áreas decisivas para a superação da crise social.

A quinta proposta nos remete à luta contra a opressão das mulheres, nos vários planos em que se coloca esta opressão. O combate à opressão das mulheres, no espaço público ou privado, na família, no mercado de trabalho ou nas diferentes formas de sua manifestação social é fundamental não apenas para minar um aspecto central da dominação capitalista que é a dominação de gênero, mas também para garantir que as mulheres - na sua expressão social e no movimento de mulheres - se incorporem na construção do movimento democrático e popular. Além disso, ela teria a função de colocar em movimento um vasto setor da classe trabalhadora (quase 40% da população economicamente ativa), de trazer para o centro do movimento democrático e popular reivindicações que vão desde a superação da discriminação específica no local de trabalho até o debate público de temas tabus como a legalização do aborto.

A sexta proposta deve ter o sentido de real integração dos negros como cidadãos plenos, envolvendo mudanças no mercado de trabalho, acesso à educação e respeito por sua cultura e identidade. Em especial, é necessário que haja mudanças estruturais na educação, eliminando os tratamentos restritivos ou discriminatórios sobre a cultura e história de qualquer raça. Isto pressupõe a formulação de políticas afirmativas que alterem de forma estrutural a inserção social do negro no Brasil.

30. A oposição ao governo Collor

O terceiro veio de construção do movimento democrático e popular é o da oposição ao governo Collor e o da afirmação de uma alternativa de governo.

Este veio inclui dois campos de iniciativas combinadas. O primeiro é o trabalho de denúncia, obstrução parlamentar e lutas de massas contra as medidas antipopulares do governo Collor.

O segundo campo de iniciativas deve ser o do "governo paralelo", superando o viés institucionalista e as limitações programáticas que tem apresentado. Trata-se de vinculá-lo mais organicamente ao movimento democrático-popular e de elaborar para ele um programa inspirado nas teses do V e VI Encontros Nacionais.

VI - A ruptura revolucionária e a construção do poder popular

31. A ruptura revolucionária e a democracia

A necessidade de uma ruptura revolucionária da ordem está fundamentada na nossa própria concepção de socialis-



mo que prevê a fundação de um novo Estado, de uma nova ordem jurídica e a implantação do controle social sobre a economia. É preciso fundamentar esta necessidade também do ponto de vista estratégico.

Esta necessidade existe por três razões:

- há certas instituições estatais e núcleos do poder burguês (Forças Armadas, centros da burocracia estatal e do poder Judiciário, o poder do grande capital) que se fecham às possibilidades de uma reforma progressiva e gradual. O seu poder deve ser "quebrado", isto é, desestruturado e isolado socialmente.

- estes centros do poder burguês respondem sempre ao avanço de um poder portagonista através da fuga de capitais, mercado paralelo, desinvestimentos, boicotes, etc. gerando situações agudas de polarização ideológica, enfrentamento político e crise social que marcam exatamente a emergência da crise revolucionária, um período concentrado que se resolve pela vitória da revolução ou da contra-revolução;

- as classes dominantes defendem sempre seus privilégios (e isto é particularmente claro na história brasileira) através da deflagração da violência, exigindo que os trabalhadores consigam resistir, isolar e se contrapor a esta violência.

Pela nossa própria concepção de socialismo, pela nossa definição programática acerca da fundação de um novo Estado qualitativamente mais democrático que o mais democrático dos Estados burgueses e também por necessidades estratégicas, esta ruptura revolucionária tem que ser entendida como um momento radical de exercício da democracia.

Em primeiro lugar, ela deve contar com a participação ativa ou o apoio de dezenas de milhões de trabalhadores em um movimento político que supere qualitativamente as experiências da campanha pelas Diretas Já e da campanha da Frente Brasil Popular. É exatamente este despertar de massas antes alienadas do exercício de seus direitos políticos que marca e torna possível a ruptura revolucionária.

Em segundo lugar, ela deve contar com uma legitimidade frente à maioria da população do país, que, em graus diferentes, reconheça e manifeste a necessidade da revolução da ordem burguesa.

Em terceiro lugar, a ruptura revolucionária tem que ser capaz de minimizar ao máximo a necessidade da violência, sabendo que quase sempre os danos de uma guerra civil incidem até com mais virulência exatamente sobre as classes trabalhadoras e o povo oprimido. Os revolucionários têm o dever de zelar para que o uso da violência seja aquele legitimado pela auto-defesa do poder emergente, evitando a violação dos direitos humanos.

Por fim, o novo poder revolucionário deve buscar construir um fórum democrático constituinte, no sentido de criar uma nova ordem jurídica, que regule o exercício pleno da democracia no novo regime estatal.

32. Ruptura e dualidade de poderes

A ruptura revolucionária identifica-se assim com o momento em que a dualidade de poderes se resolve strategi-

A ruptura revolucionária deverá contar com uma legitimidade frente à maioria da população que reconheça e manifeste seu apoio à revolução da ordem burguesa.

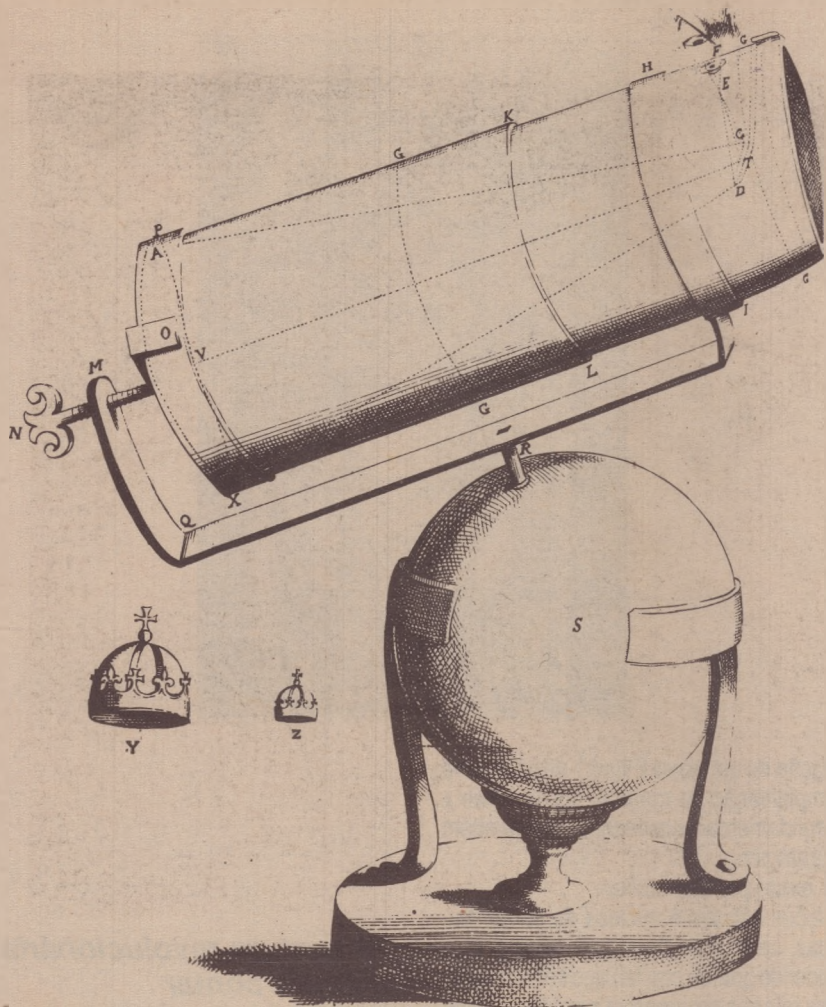
Ruptura por conciliação, quantitativa, reformista

*Legitimidade na luta de classes
as capitulação > ocafor*

O novo poder revolucionário deve buscar construir um fórum democrático constituinte, para criar uma nova ordem jurídica que regule o pleno exercício da democracia novo regime.

legitimidade la violencia es creada a distorcionen sin autajio costa de la ludo.

*Um quadro após que reflete
> no um direção concreta
de ludo em fudo mudo
e autemorial.*



camemente em favor dos trabalhadores. É o momento de cerco, choque e superação dos centros de maior resistência do poder das classes dominantes, do chamado "núcleo duro" do Estado burguês.

A identificação deste momento chave do processo revolucionário, que coroa um processo de desenvolvimento da dualidade de poderes significa fazer a crítica das ilusões na possibilidade de uma transformação gradual, molecular e puramente processual do Estado burguês.

Identificado exatamente como um rompimento crescente da normalidade da dominação burguesa, o processo de criação de uma dualidade de poderes não pode ser concebido de forma linear no tempo. Assim, a expansão do poder democrático-popular guarda uma relação direta com o grau, a profundidade da crise da dominação burguesa no interior de um período de crise nacional.

No momento atual, a construção do poder popular é apenas potencial. Para que ele se desenvolva é preciso que ocorram fortes alterações na correlação de forças, significativa aceleração da consciência e dos processos de auto-organização dos trabalhadores e que a crise do governo Collor se aprofunde no sentido da abertura de uma crise de regime.

A construção do movimento democrático-popular e as iniciativas anti-imperialistas, anti-monopolistas, anti-latifundiárias e de democratização radical do Estado (inclusive com a contestação do direito constitucional de intervenção das Forças Armadas) visam exatamente ir criando condições para a emergência de uma crise revolucionária e de uma situação de dualidade de poderes.

Assim como um programa democrático-popular propõe uma ruptura com as formas de dominação que se exercem não apenas ao nível do aparato estatal, mas também da sociedade, o desenvolvimento da dualidade de poderes deve articular vários planos simultaneamente. O poder ao mesmo tempo se toma e se constrói; o poder que se retira da dominação burguesa deve ser incorporado às novas formas de democracia em processo de gestação, construindo a superação da dominação capitalista.

VII. Um PT dirigente do movimento democrático e popular

33. A centralidade estratégica do partido

Hoje o PT se depara com a necessidade de confrontar-se com o neoliberalismo e renovar a defesa da perspectiva socialista; aprofundar a defesa da independência de classe dos trabalhadores diante das propostas de cooptação e de pactos; buscar estabelecer uma influência do partido tam-

bém sobre os setores desorganizados da sociedade.

É neste quadro que temos de situar as tarefas que o PT tem diante de si para poder dirigir o movimento dos trabalhadores brasileiros na direção de uma alternativa democrática e popular e do socialismo.

O PT deve se constituir em dirigente político dos trabalhadores. Para isto, deve ser um partido organizado e militante, com quadros organizadores e, ao mesmo tempo, capaz de organizar as massas e servir de referência política para os trabalhadores e para a maioria do povo, capaz de organizar o setor mais consciente, apto a algum grau de participação política - que em nosso país representam milhões de pessoas - e de disputar a hegemonia da sociedade do ponto de vista dos trabalhadores.

34. O papel do PT na hipótese estratégica definida

É preciso, pois, projetar o papel do partido na construção do movimento democrático e popular e da hegemonia dos trabalhadores.

O PT cumpre, em primeiro lugar, o papel de direção das várias frentes movimento democrático e popular. Mesmo tendo referência em um mesmo programa para superar a crise, o movimento democrático e popular não tende naturalmente para a unidade. A ordem dominante pressiona para alienar as instituições políticas - inclusive o partido - da sociedade; para dividir a esfera da política da economia, para isolar os sindicatos em uma dinâmica corporativa, para integrar as organizações e representações do movimento democrático e popular. Isto é tanto mais verdade para a sociedade brasileira, que possui um sistema político avesso à vida partidária e favorável ao culto de lideranças carismáticas, larga tradição de sindicatos corporativos - CLT e um Estado fortemente autonomizado da sociedade.

Além disso, as várias instâncias do movimento democrático-popular tendem a refletir tensões diferentes - e às vezes contrárias - como é o caso dos que atuam junto à institucionalidade (pressões integradoras à ordem, de domesticação do movimento) e junto aos movimentos sociais (pressões radicalizantes).

Neste contexto, os riscos de fracionamento, autonomização ou divisão do movimento democrático e popular são evidentes e reforçam a insubstituível tarefa do partido no sentido de absorver, sintetizar e superar positivamente estas pressões.

Um dos maiores desafios de construção partidária passa a ser exatamente o de como construir métodos e estruturas para coordenar a ação dos petistas nos parlamentos, nas administrações populares, nos movimentos sociais e, em especial, na CUT.

O partido cumpre também a função de - através de uma vasta rede de organizações de base - criar o espaço para a universalização e unificação das militâncias de dezenas de milhares de lutadores sociais. A contribuição do partido aqui é a de colocar à disposição destes companheiros canais de ligação com a dinâmica mais geral do movimento democrático e popular, possibilitando que eles se incorporem plenamente a ele como construtores da superação da crise nacional.

As estruturas de base não podem ser concebidas como uma série infinita de organismos pequenos e moleculares que encontram apenas o seu ponto de unidade no topo da estrutura partidária; devem, na própria base, na sua própria concepção, prever formas regulares de socialização política, de coordenações horizontais que rompam com o isolamento.

O partido trabalha, nesta hipótese, com a idéia de coerência estratégica e coesão ideológica, o que define o tipo de democracia e centralização com a qual ele se constrói. Trabalha com a idéia de construção de canais de unificação da militância nos movimentos sociais. Não pode pretender ser, ele próprio, um contra-Estado, mas um organismo para dirigir a construção de um outro poder que é mais amplo, plural e diverso do que ele próprio. Atua fortemente na institucionalidade mas tem o seu centro de gravidade na sociedade civil - no processo de auto-organização e de crescimento da consciência dos trabalhadores - com o qual mantém um diálogo permanente.

O PT é também o instrumento chave para a construção da hegemonia em duas outras dimensões: para dar coesão ideológica e coerência programática a um movimento democrático e popular necessariamente amplo e plural; para conquistar a adesão ativa e criadora da maioria da população a um projeto de superação da crise nacional. Para isto, o partido precisa trabalhar com uma série de organismos de ação ideológica, programática e cultural que não necessari-

La crisis revolucionaria como culminación de un proceso organico del Estado burgues y no de ruptura con él.

Hoje o movimento democrático-popular está tensionado para o desvio estratégico de direita, isto é, o seu centro de gravidade vem tendendo a se deslocar para a institucionalidade.

Uma estrutura partido para reformista para um programa infmt.

Sociedade Civil - Consciência - Diálogo C/

amente devem ser concebidos como de âmbito partidário (podem ser para-partidários, isto é, vinculados ao partido mas com graus de autonomia reconhecidos ou simplesmente sem vínculos orgânicos ou institucionalizados com o partido).

Por fim, a crise do movimento socialista coloca um desafio suplementar a todas as organizações dos trabalhadores e, em particular, aos partidos revolucionários. Para adquirir a credibilidade necessária a seu projeto de transformação social, não basta às organizações dos trabalhadores serem úteis e funcionais para a disputa do poder mas devem, em sua prática (e de seus membros) prefigurar certos elementos do seu projeto de sociedade. Esta coerência entre a sociedade futura que queremos construir e nossa militância cotidiana refere-se não apenas à democracia interna e aos métodos de direção coletivos que adotamos mas também a questões da vida cotidiana que antecipam problemáticas do socialismo que almejamos.

35. A tensão institucionalizante do movimento democrático e popular

São evidentes hoje os sinais de que o nosso movimento político tem enfrentado impasses, que estão impedindo que nos capacitemos para levar a frente o processo que delinhamos.

Do ponto de vista da hipótese estratégica que estabelecemos, o movimento democrático-popular está tensionado para o desvio estratégico de direita, isto é, o seu centro de gravidade veio, no último período, tendendo a se deslocar para a institucionalidade. Utilizando a imagem da "pinça", é como se ela estivesse desequilibrada: o seu braço esquerdo (a construção de um movimento político de massas) está deprimido e subordinado ao seu braço direito (a nossa prática na institucionalidade).

Esta tensão institucionalizante está rigorosamente expressa nas administrações populares, cujas intenções transformadoras estão, em geral, soterradas pelo peso das opções administrativas; fere fundo o movimento sindical dirigido por petistas, que vê o seu horizonte economicista e os seus métodos de organização e luta corporativos tornarem-se impotentes até para exercerem uma ação eficaz de defesa dos salários e empregos; recorta a nossa atividade parlamentar, que se encontra em geral sitiada e autonomizada, incapaz de se ligar organicamente ao movimento real dos trabalhadores.

Uma segunda dimensão deste desvio institucionalizante expressa-se em uma crise entre as várias instâncias do movimento democrático-popular e, de maneira central, entre o partido e suas frentes de atuação (executivos, parlamentos, movimento sindical).

Enfim, começa a se expressar com força dentro do PT um conjunto de visões que, pressionadas pela crise das referências socialistas, passam a teorizar a ação institucional como a principal fonte de mudanças, procurando transformar o que é um desequilíbrio do nosso movimento em projeto para o futuro, transformar a necessidade em virtude. Da mesma forma que concepções dogmáticas não valorizam a luta por reformas, estas posições rompem a articulação entre luta por reformas e luta revolucionária, ao limitar seu horizonte às reformas do Estado, da economia.

VIII. Iniciativas estratégicas: uma ponte para o futuro

36. Pensar concretamente a estratégia do movimento democrático-popular é delinear um conjunto de grandes iniciativas combinadas e coerentes que rompam este desequilíbrio do movimento e o impulsione rumo aos grandes desafios colocados.

O nosso objetivo é criar as condições ideológicas, políticas e organizativas para abrir caminho para a superação da crise da sociedade brasileira partir da perspectiva dos trabalhadores.

Trata-se de organizar um movimento democrático-popular de massas, de caráter permanente, através da combinação da luta social e na institucionalidade, que viabilize uma força política capaz de dirigir as transformações estruturais da sociedade e do Estado brasileiro. A atuação no desenvolvimento da crise do governo Collor e a disputa das eleições presidenciais tem aí um peso decisivo.

Estas iniciativas estratégicas que propomos incidem sobre as debilidades estruturais do nosso partido, capacitando-o a dirigir a disputa pela saída da crise.

Iniciativas para travar a luta pela hegemonia na so-



o braço del esquerdo é perdido?

cidade.

a. Aprofundar a nossa defesa do socialismo, dos princípios básicos da democracia socialista, da organização do Estado e da economia, travando a disputa ideológica como os princípios neoliberais.

b. Construir um sistema nacional de imprensa e de formação que alimente as dezenas de milhares de militantes partidários, capacitando-os a cumprirem o papel de organizadores do movimento democrático e popular.

c. Iniciativas no campo da radiodifusão, da televisão e imprensa de massa nos grandes centros urbanos, que instrumentalize o nosso movimento para dialogar de forma sistemática com dezenas de milhões.

Iniciativas de construção do PT como direção do movimento democrático e popular

d. Elaboração de um programa estratégico de superação da crise nacional, que se implante e se tome referência para toda a nossa atividade na institucionalidade e nos movimentos sociais.

e. Construção de uma rede de organizações de base, que crie uma ponte permanente do partido com o processo de auto-organização dos trabalhadores, inclusive no setor informal da economia.

f. Iniciativas que garantam a articulação permanente da ação partidária na institucionalidade com a nossa perspectiva de construção de um movimento democrático-popular.

Iniciativas de construção do movimento democrático-popular

g. Superar os marcos corporativos de organização, de programa e de atuação da CUT, tomando-a o centro de gravidade da luta de massas no país.

h. Desenvolver um esforço para reorganizar o movimento popular urbano, em crise ao longo de toda década de oitenta, estreitando inclusive seus vínculos com a CUT.

i. Organizar, em aliança com outros partidos e correntes do campo democrático-popular, uma campanha nacional por reformas estruturais do Estado e da sociedade, que inclusive se expresse em emendas de alteração da Constituição.

j. Iniciativas que integrem ao nosso movimento a luta contra a opressão das mulheres e a opressão racial.

k. Avançar na constituição de uma fórum internacional de partidos socialistas, em particular na América Latina, capacitando o PT a desenvolver iniciativas internacionais de maior alcance e profundidade contra a nova ordem imperialista.

instrumental

Programa

Pensar a estratégia do movimento democrático-popular é delinear um conjunto de iniciativas que rompam este desequilíbrio e o impulsione rumo aos grandes desafios colocados.

Modelo europeu

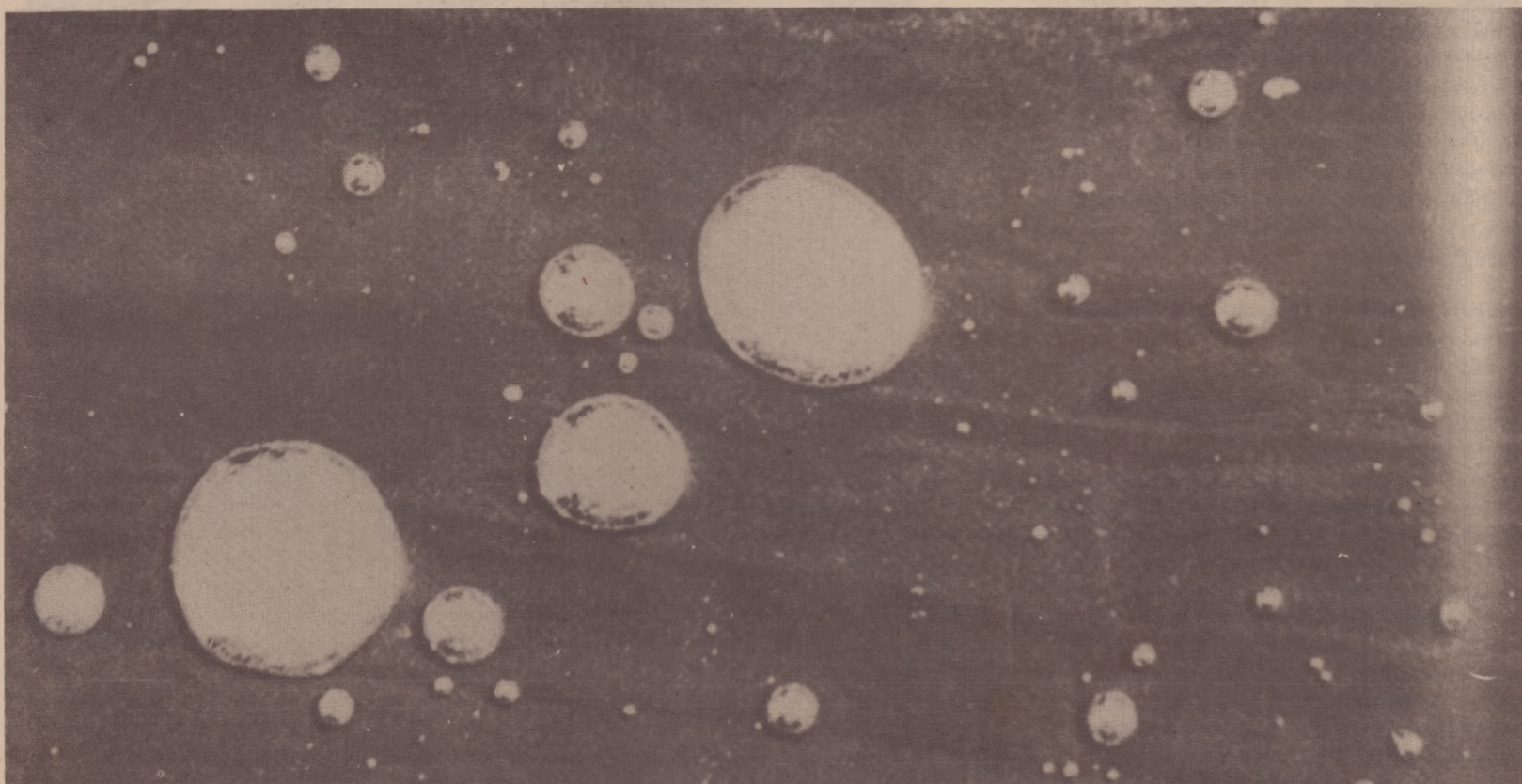
Alianças

minorias

internacional

tipo de partido

A construção do PT



O PT comodirigente da luta por uma alternativa democrática e popular, tem que confrontar-se com o neoliberalismo e renovar a defesa da perspectiva socialista.

O PT está desafiado pelas pressões do quadro internacional adverso e do crescimento de seu peso institucional desproporcional aos avanços na sua construção.

I. A situação do PT na sociedade e no quadro político brasileiro

Há no Brasil uma tradição de Estado autoritário e de pouca organização das classes sociais. O Estado tutelava as classes sociais, inclusive com o direito legal de intervir em suas entidades representativas. O partido hegemônico na esquerda brasileira até os anos 70, o PCB, não se contrapunha a isto, salvo em seus anos iniciais; pelo contrário, convivia com o sindicalismo atrelado e politicamente apoiava partidos burgueses.

A importância histórica do PT consistiu, em primeiro lugar, em quebrar esta tradição, afirmando-se como um partido político independente, expressão do movimento dos trabalhadores brasileiros de luta por sua autonomia política de classe e organizador desta autonomia. Após seus primeiros anos de desenvolvimento, o PT passou a se apresentar também como dirigente da luta por uma alternativa democrática e popular ao capitalismo brasileiro, a disputar a hegemonia sobre o conjunto do campo popular.

Hoje, o PT se depara com a necessidade de enfrentar as antigas mas também as novas questões. Deve confrontar-se com o neoliberalismo e renovar a defesa da perspectiva socialista; aprofundar a já tradicional defesa da independência de classe dos trabalhadores diante das propostas de cooptação e de pactos; buscar estabelecer uma influência do partido também sobre os setores desorganizados da sociedade.

Por outro lado, a responsabilidade do PT vem aumentando, ao mesmo tempo em que ele encontra um espaço político mais aberto para sua atuação. Setores que eram considerados de centro-esquerda vêm passando por um acentuado processo de direitização: é nítida a evolução do PSDB e do PDT nesta direção. O PSDB tem cada vez menos a ver com a esquerda, e os setores de esquerda que tinha no seu interior desapareceram; o PDT, guiado pelo governador Leonel Brizola, busca melhorar sua convivência com o governo Collor.

É neste quadro que temos de situar as tarefas que o PT tem diante de si para poder dirigir o movimento dos trabalhadores brasileiros na direção de uma alternativa democrática e popular, e do socialismo.

Para poder fazê-lo, o PT tem de se contrapor às pressões

recebidas do quadro internacional conjuntamente adverso por que passamos. Temos de renovar nossa visão do socialismo, o que só se pode fazer através de um esforço internacional de intercâmbio e de articulação.

Também temos de saber enfrentar as pressões que sofremos a partir do crescimento do próprio PT, que vem reforçando nosso peso institucional de uma maneira desproporcional ao reforço orgânico do partido. Mais uma vez, estamos diante da necessidade de avançar na construção do partido, enfrentando a **crise político-organizativa** que atravessamos.

2. A crise político-organizativa do PT

Houve avanços na construção partidária no último período, especialmente na democracia interna (a regulamentação das tendências internas, a ampliação da proporcionalidade até a Executiva Nacional).

Mas, no fundamental, permanece o quadro descrito no 5º e no 7º Encontros como **crise organizativa** (que por suas profundas implicações políticas podemos chamar com mais precisão de **crise político-organizativa**): sua origem está no distanciamento da situação orgânica do partido das condições para cumprir seus objetivos estratégicos: o PT se define pelo socialismo, subordina nas suas resoluções a luta institucional à organização independente dos trabalhadores, à luta de massas e à estratégia mais geral de conquista do poder; isto, no entanto, não tem se refletido na organização partidária, que continua motivada principalmente pelo calendário eleitoral e pela conquista de postos na institucionalidade. Mesmo os momentos em que a disputa institucional pode ser transformada em disputa de projetos de classe, e em lutas políticas de massa, como se deu na campanha presidencial, não são plenamente explorados e capitalizados, dado o **estreitamento institucionalista** que sofre nossa forma organizativa: o partido cresce pouco em termos de força organizada, embora cresça muito em termos eleitorais; impulsiona pouco as lutas de massa, embora seja daí que retira sua energia social.

Na verdade, mesmo na democracia interna, nosso grande orgulho, o PT tem limitações importantes. O partido se define e se construiu reivindicando a democracia interna; no

entanto, hoje, sua base militante e mesmo os setores intermediários encontram-se pouquíssimo organizados, informados e formados politicamente. O partido se dissolve abaixo das suas direções. Não criou estruturas vertebrais e intermediárias, enfraqueceu suas instâncias de coordenação da intervenção nos movimentos: deixou cair no esvaziamento os núcleos de base. O acúmulo político-organizativo se dá quase exclusivamente ao nível das direções, reduzindo radicalmente o alcance das diretrizes políticas, da intervenção nas lutas sociais e até mesmo o sentido da unidade partidária. Criou-se um hiato entre a militância dos petistas na luta social e a militância partidária.

Neste quadro geral, a democracia interna ficou quase reduzida à sua forma eleitoral - foi praticamente transformada num sistema de eleições (nos Encontros) e de delegação de poder.

O PT tem uma estrutura contraditória: tem avanços, mas também um forte lado de adaptação tanto às exigências da Lei Orgânica dos Partidos como a processos espontâneos de construção, na falta de um plano de construção partidária coerente com os objetivos estratégicos (no 5º Encontro começamos a adotar uma maior definição estratégica e uma concepção de partido e um plano de construção relacionados com ela, mas este plano não foi colocado em prática).

Agora há mesmo um agravamento do quadro de crise organizativa: o PT vem perdendo a capacidade de decisão como partido, há um desenvolvimento de centros de decisão cada vez mais autônomos (administrações, bancadas, sindicalistas).

Podemos explicar este agravamento a partir do crescimento do peso eleitoral, institucional, sindical do partido sem um reforço correspondente da organização partidária; com este crescimento, membros do partido (prefeitos e outros dirigentes das administrações, deputados, sindicalistas) controlam aparatos políticos cada vez mais poderosos, inteiramente desproporcionais diante da estrutura partidária. Além disso, estes membros do partido têm mais acesso à opinião pública, à imprensa do que o partido como tal. Para manter sua capacidade dirigente, o partido teria de se dotar de muito mais recursos materiais (evidentemente, não se trata de ter mais recursos que as prefeituras, o parlamento e a CUT, o que seria absurdo, mas simplesmente de ter recursos que permitam seu funcionamento com agilidade, o acompanhamento político do que fazem as administrações, bancadas, sindicalistas) e a concepção de partido teria de ser muito mais clara.

Mas, na verdade, esta concepção vem se tornando menos clara: há um questionamento por parte de muitos companheiros das definições básicas do 5º Encontro, tanto da perspectiva revolucionária geral quanto mais ainda da concepção de um partido para desempenhar um papel nesta perspectiva.

Há visões que defendem expressamente uma ampliação da autonomia dos centros de decisão, que portanto trabalham para agravar a crise político-organizativa tal como definimos.

3. A concepção de partido

Diante da existência de várias propostas de construção partidária hoje no interior do PT é necessário definir com clareza a concepção de partido e de construção partidária que adotamos.

Quando afirmamos que o PT é um partido estratégico - idéia hoje consensual entre os petistas - acreditamos estar dizendo mais do que simplesmente que o PT não é um partido transitório ou "tático" (aliás, o conceito de partido tático é completamente absurdo), não é um partido para viabilizar outro projeto partidário, não é uma frente política. Acreditamos estar dizendo também que o PT se propõe a cumprir um papel estratégico de dirigir, impulsionar a luta pelo socialismo.

Foi dentro desta visão que o 5º Encontro Nacional do PT, em 1987, avançou, superando a tradicional idéia de partido como "reflexo" dos movimentos sociais (espécie de braço parlamentar do movimento social) e também a confusão que se fazia comumente entre "partido de quadros" e "partido de massas". O PT deve se constituir em dirigente político dos trabalhadores; para isto, deve ser um partido organizado e militante, com quadros organizadores, e, ao mesmo tempo, capaz de organizar as massas e servir de referência política para os trabalhadores e para a maioria do povo. É esta formulação que é nosso ponto de partida, e que procuramos desenvolver aqui.



a. rejeição dos modelos stalinistas e social-democratas

Para nós, é essencial marcar, também no plano da construção partidária, a rejeição dos modelos stalinistas e social-democratas.

O modelo estalinista, hoje facilmente rejeitado, caracterizou-se pelo monolitismo e por exclusões, a nível interno, e por uma relação com sua base social que buscava anular-lhe qualquer autonomia.

O modelo social-democrata hoje é escondido pela tragédia estalinista. Mas também foi marcado por exclusões e por choques com os interesses dos trabalhadores. Seu objetivo inicial de transformar a sociedade a partir do Estado burguês e trabalhando por dentro deste Estado acabou por transformar os partidos social-democratas em partidos institucionais, com sua base ativada apenas nos momentos de disputas eleitorais, com seu "braço sindical" reduzido ao economicismo e, enfim, levou à subordinação do partido à sua representação no parlamento ou no Executivo.

Tanto o modelo stalinista quanto o social-democrata eram adequados aos seus objetivos estratégicos. O estalinismo representou a autodefesa de um poder originário dos trabalhadores mas exercido contra eles; a social-democracia, a adaptação e a subordinação dos interesses dos trabalhadores à institucionalidade, ao Estado e à burguesia.

A confusão entre partido e Estado, por meios diferentes, é característica tanto dos regimes burocráticos de partido único, stalinistas, quanto da social-democracia no governo. Temos de evitá-la, afirmando claramente a separação, a autonomia do partido diante do Estado, rejeitando qualquer idéia "estatista" de socialismo.

Ao mesmo tempo, temos de evitar também a confusão entre partido e classe, característica tradicional da social-democracia, presente também na concepção de partido de vanguarda único do stalinismo. Nosso partido, como outros partidos, representa um setor dos trabalhadores (que buscamos que seja majoritário), o setor que se identifica com determinadas posições políticas.

Uma concepção democrática, revolucionária e pluralista exige esta dupla diferenciação, do partido em relação ao Estado e em relação à classe trabalhadora.

b. definições básicas

Esta concepção democrática, pluralista e revolucionária

A crise política-organizativa tem sua origem no distanciamento da situação orgânica das condições para cumprir seus objetivos estratégicos.

Cresce pouco como força organizada embora cresça muito em termos eleitorais; impulsiona pouco as lutas de massa, embora seja daí que retira sua energia social.



A democracia interna ficou reduzida a sua forma eleitoral, num sistema de eleições nos Encontros e de delegação de poder.

O PT vem perdendo a capacidade de decisão como partido com o desenvolvimento de centros de decisão cada vez mais autônomos (administrações, bancadas, sindicalistas)

O jornal nacional dirigido pelo PT deve ser uma referência no esforço e direção do movimento democrático-popular.

de partido se apoia nas seguintes características básicas:

Um partido com identidade político-programática, isto é, um partido que expressa sua concepção de socialismo e os meios de alcançá-lo; além disso, o que o PT veio sendo até hoje, seu caráter de partido independente, já constitui também uma importante identidade, a ser aprofundada: é um elemento-chave do nosso programa, é uma referência forte e muito positiva para todos os militantes.

Um partido delimitado em função de uma orientação política básica (programa) e de um compromisso de participação. Isto é necessário para uma concepção democrática, revolucionária e pluralista de partido (delimita o partido em relação à classe e ao Estado), e é necessário para que o PT possa ser um dirigente político coletivo.

Um partido democrático no seu projeto político, na sua organização interna, na sua relação com os movimentos sociais, com os outros partidos e com a sociedade. Hoje, o aspecto democrático do partido que representa o maior desafio para nós é o da integração efetiva da base partidária à construção política e organizativa do partido, à sua direção. Queremos uma democracia interna militante, não uma democracia interna apenas eleitoral.

Outro elemento básico para um partido democrático - a defesa do pluralismo interno, dentro de um marco comum de definições - já vem sendo amplamente praticada pelo PT.

Um partido que se capacita como dirigente político coletivo, o que significa exercer um papel de vanguarda política, reconhecendo que a luta de classes não é um processo de choque de forças cegas, mas sim um processo no qual intervêm forças conscientes dos seus objetivos.

A organização partidária deve ser capaz de elaborar e enxergar à frente, de superar a alienação e a fragmentação da visão da sociedade impostas pela dominação de classe da burguesia. Deve reunir as camadas conscientes dos trabalhadores e do povo dispostas a lutar pela transformação socialista e, desta forma, se constituir num polo de referência também para os setores desorganizados da sociedade.

Um partido com implantação nos setores fundamentais da sociedade, ou seja, nos setores objetivamente interessados na transformação socialista. Isto significa presença partidária no proletariado industrial, junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários do campo, junto às massas pobres da cidade, junto às camadas médias assalariadas, aos intelectuais, à juventude, às mulheres, aos negros, enfim, junto ao arco social dos setores em luta por sua emancipação.

O PT já conta com os militantes mais reconhecidos destes movimentos e com a simpatia da sua base. Mas, além disso, o que é preciso é a presença "capilar", o enraizamento, e a

expressão da ação política destes militantes como **ação política de partido**. É esta a condição que nos permitirá, ao lado da atuação política geral do PT, chegar à base dos setores sociais fundamentais para o projeto socialista, fazer com que a mensagem do partido alcance setores não organizados, disputando-os frente à manipulação e à alienação promovidas pelas classes dominantes.

Um partido que impulsiona a organização independente e autônoma, repudiando o autoritarismo de partido e sendo um propulsor da auto-organização. Este aspecto é cada vez mais decisivo para o PT: à medida em que o partido cresce e ganha assento na institucionalidade, é necessário reforçar ainda mais a autonomia dos movimentos, a perspectiva da auto-organização. Isto é ainda mais necessário nos municípios governados pelo PT, onde, na ausência de uma atuação em separado e direta do partido nos movimentos e na sociedade, o que pode ocorrer é a cooptação, o desarmamento político-organizativo dos movimentos, com consequências desastrosas até mesmo para a correlação de forças nos locais governados pelo PT.

Um partido "para o ano inteiro", e não apenas para os momentos de eleição; um partido de atuação na sociedade, junto ao povo, nas lutas, construindo a organização independente e socialista, e não um partido que atua apenas nos locais reservados pelas classes dominantes para a disputa política (vale dizer, as eleições, o parlamento, os executivos); um partido que realiza campanhas políticas de massa.

Um partido feminista. A libertação das mulheres de toda opressão não vem automaticamente com a luta anti-capitalista. É decisivo criar um forte movimento autônomo e de massas de mulheres, dotado de estruturas próprias de representação e de decisão. É preciso tomar medidas conscientes para incentivar a auto-organização e a participação das próprias mulheres.

Devemos reconhecer que, apesar de pequenos avanços, a perspectiva feminista permanece precariamente assumida pelo programa e pela prática do PT. A incorporação pelo partido do feminismo - necessária e possível neste próximo período de construção partidária - será um enorme fator de enriquecimento do potencial transformador e de mobilização de nosso movimento.

Um partido anti-racista. O Brasil é um país multi-racial, mas os índios e negros vivem numa permanente situação de opressão e discriminação pela classe dominante que é fundamentalmente branca, machista e racista. A comunidade negra, que representa cerca de 45% da população brasileira, sofre um processo secular de destruição cultural e física, do qual foram episódios marcantes a guerra do Paraguai, a perseguição às religiões afro, e que hoje se expressa no extermínio de crianças e na esterilização de mulheres (nos dois casos, na sua maioria negros), na pena de morte existente de fato nas comunidades carentes, nas favelas e periferias onde vive esta comunidade.

Apesar desta tragédia e da tentativa de eliminar o elemento negro da nossa sociedade, há uma história de luta e de resistência que precisa ser incorporada pelo nosso partido, que deve dar uma importância primordial à questão racial. Desta forma, o PT estará se credenciando para incorporar em suas fileiras milhares de lutadores anti-racistas, e se capacitando para poder dirigir a construção de uma verdadeira sociedade socialista, livre de toda opressão e toda discriminação.

Um partido para a disputa de hegemonia cultural e ideológica. O PT é o instrumento chave para a construção da hegemonia em duas dimensões: para dar coesão ideológica e coerência programática a um movimento democrático-popular, necessariamente amplo e plural; para conquistar a adesão ativa e criadora da maioria da população a um projeto de superação da crise nacional. Para isto, o partido precisa trabalhar com uma série de organismos de ação ideológica, programática e cultural que não necessariamente devem ser concebidos como de âmbito partidário (podem ser para-partidários, isto é, vinculados ao partido mas com graus de autonomia reconhecidos ou simplesmente sem vínculos orgânicos ou institucionalizados com o partido). Precisa desenvolver uma relação toda especial com a comunidade universitária, científica e artística.

Um partido internacionalista. O mundo da "nova ordem internacional" de Bush e cia (na verdade, a velhíssima ordem da dominação imperialista) nos exige crescentemente a coordenação da atuação internacional para que possamos nos opor aos planos de subordinação crescente dos países

do 3º Mundo, de anulação de toda resistência ao poder do grande capital. Do mesmo modo, para avançar hoje em nosso projeto de socialismo, precisamos da recuperação da credibilidade do socialismo, o que só pode se dar num processo internacional. Um dos aspectos mais positivos da atuação recente do PT são as iniciativas no plano internacional, como a realização do Encontro de São Paulo. Isto deve ser entendido como uma dimensão essencial da nossa concepção de partido.

4. Proposta de estrutura organizativa

Como uma comissão designada pelo DN apresentará um ante-projeto, colocamos aqui apenas algumas idéias gerais.

a. a organização de base do partido

A primeira questão é a da necessidade de uma definição séria de quem é a base do partido: ela deve ser composta por filiados localizáveis, que tenham um vínculo definido com alguma estrutura de base, que cotizem regularmente.

Isto significa, em primeiro lugar, que é necessário que se faça uma **refiliação** dos antigos filiados, para que sejam eliminados da relação os não localizáveis ou os que não têm interesse em contribuir regularmente para o partido e em manter um vínculo definido com alguma estrutura de base. A partir de agora, a filiação deve ser feita com critérios.

O PT deve organizar seus filiados e dar a eles a opção de participar de estruturas de base, os **núcleos**, que poderão ser de vários tipos, que terão grande flexibilidade organizativa. Os núcleos poderão se organizar por bairro ou local de moradia, por categorias, por movimento social, por local de trabalho, por setor de atuação; os critérios de participação serão flexíveis.

Uma medida importante para reforçar a organização na base do partido e para reforçar conseqüentemente toda a democracia interna é a instituição dos **núcleos como forma básica de delegação de poder**, de eleição de delegados, substituindo as plenárias municipais ou zonais impostas pela LOP. Poderá haver outras formas de delegação: nos municípios pequenos, por exemplo até 50 000 habitantes, onde a nucleação poderá ser mais difícil, o DM poderá manter a plenária de todos os filiados como instância de deliberação e de delegação. Além disto, esta proposta deve prever um prazo de transição para a sua plena aplicação.

Haverá **coordenações** reunindo vários núcleos de uma mesma região ou setor (no caso das regiões, estas coordenações substituiriam os atuais Diretórios Zonais).

Deverão ser organizadas regularmente reuniões abertas à base não filiada, tanto convidando moradores de uma região, como trabalhadores de uma determinada categoria, ou participantes de um determinado movimento. Deverão ainda ser organizadas reuniões abertas com convidados específicos fora do partido (por exemplo, reuniões de economistas, ou de artistas, ou de intelectuais em geral, etc).

Ou seja, o PT estará aberto à filiação de todos aqueles que queiram manter com ele um compromisso mínimo de contribuição e de participação. Além disso, procurará discutir regularmente com todos os que tenham interesse nisto, mas que não queiram estabelecer um compromisso permanente, através da filiação.

Poderão participar e votar nas decisões a nível de base e serem eleitos delegados os petistas que estiverem em dia com a sua contribuição financeira e que mantiverem alguma participação mínima no seu núcleo ou forma equivalente.

Os encontros (que poderão ser chamados de conferências, a nível municipal ou estadual, e congresso, em nível nacional), definirão as orientações gerais do partido no seu âmbito e elegerão as direções, a cada dois anos; também definirão os candidatos a cargos eletivos no seu âmbito.

Os encontros realizarão discussões e farão as votações em um período previamente definido, após as discussões.

b. funcionamento das direções

Manteremos a mesma estrutura de diretórios municipais, estaduais, nacional (deixam de existir os diretórios zonais) (ou as coordenações de núcleos que mencionamos antes passam a ser Diretórios zonais, de categorias, de movimentos, etc).

Será reforçado o funcionamento coletivo dos Diretórios e os seus membros deverão ter um papel dirigente fora das reuniões, no seu setor de atuação. As deliberações e dis-

cussões dos Diretórios deverão ser transparentes para a base do partido (exceto nos casos em que a delicadeza do assunto tratado recomendar reserva).

Manteremos o funcionamento de Executivas, igualmente com o critério de reforço do seu funcionamento coletivo e de transparência das suas decisões e discussões. As chamadas Comissões Internas constituídas no interior das Executivas não podem substituí-las em suas deliberações.

Outra medida necessária é a incorporação ao regimento interno do PT da possibilidade real de revogação de mandatos de dirigentes petistas, garantindo a mais ampla democracia nesta decisão.

Manteremos a estrutura de Secretarias, baseadas em coletivos de membros do Diretório respectivo, e eventualmente incluindo outros companheiros, designados pelos Diretórios. Estes coletivos das Secretarias deverão organizar, dependendo da sua área, plenárias setoriais para discussão e implementação da linha de atuação setorial, sempre submetendo suas atividades, deliberações à aprovação dos Diretórios respectivos.

Por outro lado, temos de considerar a questão das diferenças regionais, a imensa diversidade do país e inclusive dentro de cada estado. O atual modelo decisório baseado em diretórios estaduais e municipais não responde às necessidades de elaboração cobradas por esta diversidade.

É necessário estruturar instâncias intermediárias que supram esta lacuna considerando não apenas fatores geográficos, mas principalmente as configurações sócio-econômicas; o modelo organizativo deverá ainda adequar-se aos estágios de construção do PT nos diversos estados ou regiões. Não há um modelo que possa ser imposto ao conjunto do partido.

c. questões de democracia interna e de centralização política

A democracia interna, a maior participação dos filiados, o controle coletivo dos filiados sobre as decisões é o eixo de organização do partido.

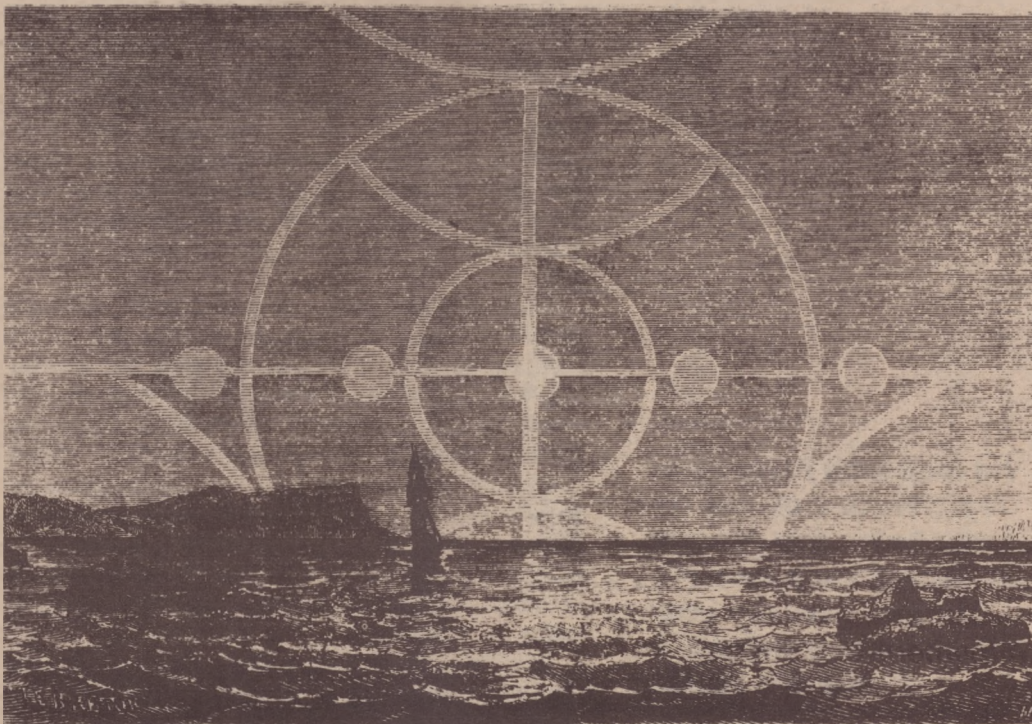
As decisões serão tomadas normalmente no seu âmbito pelos núcleos, diretórios, ou executivas. Orientações de caráter geral, e mais estratégicas, devem ser definidas por encontros.

A relação do partido com os sindicalistas, e sua intervenção como partido no movimento sindical. É preciso retomar as definições do 5º Encontro.

A unidade da ação petista no movimento sindical deverá superar o atual quadro de sectarismo e hegemonismo que existe no interior do movimento sindical.

A confusão entre partido e Estado, é característica tanto dos regimes burocráticos quanto da social-democracia.

As finanças garantem as condições materiais de construção do PT e sobretudo a coletivização da ação política.





Como mecanismo de ação afirmativa, deverá ser garantida a presença mínima de 30% de mulheres nas direções estaduais e nacional do partido.

Há toda uma história de resistência e de luta do povo negro que precisa ser incorporada pelo PT, que deve dar uma importância primordial à questão racial.

Para que o PT avance nesse sentido é urgente que realize iniciativas capazes de unificar a ação dos sindicalistas petistas: iniciativas que definam sua linha de ação sindical e estabeleçam normas éticas e métodos democráticos de disputa política. Deve avançar na constituição de secretarias sindicais que incorporem também os dirigentes de maior capacidade de elaboração e direção e avancem para uma maior centralização da ação sindical petista. A busca, desde já, da unidade dos petistas no movimento sindical deve ser vista como a primeira **ação afirmativa** na constituição da frente sindical do PT.

É necessário aprofundar mais a questão de quais decisões devem ser tomadas pelo partido e encaminhadas pelos seus sindicalistas, e qual deve ser a margem de autonomia que deve ser deixada para que os sindicalistas petistas se posicionem no próprio movimento sindical (o PT não pode vir a definir todas as questões para o Congresso da CUT, por exemplo, pois senão mataria este congresso; mas é claro que o PT deve vir a definir orientações gerais políticas, que tenham a ver com sua linha geral, e deve garantir que todos os seus sindicalistas saiam nas mesmas chapas, etc).

A relação do partido com os seus parlamentares

O essencial é que os mandatos parlamentares sejam considerados **do partido**, e que os parlamentares sejam considerados **profissionais políticos do partido**. Deve ser reforçada a carta de compromisso dos candidatos. Os gabinetes de liderança devem ser reforçados, e serem claramente **do partido** (e não apenas das bancadas). As bancadas devem ter uma margem de autonomia, mas devem estar sob a direção política do partido, através dos seus Diretórios e Executivas, subordinando-se às orientações dos Encontros.

A ação das bancadas parlamentares deve ser divulgada através de órgãos de informação definidos pela direção partidária, sem prejuízo dos boletins específicos dos mandatos. Nos casos em que o partido não tem órgão de informação, as bancadas deverão, através de suas estruturas, garantir as divulgações definidas pelas instâncias partidárias.

Coerentemente com toda esta concepção, os salários dos parlamentares e dos ocupantes de cargos de confiança nos gabinetes devem ser fixados pelo partido, que recolherá o excedente (haverá um plano de cargos e salários geral que os incluirá - poderá haver alguma diferenciação a partir de verbas de representação).

Tudo isto só será viável na medida em que o partido tenha uma maior participação já nas campanhas eleitorais dos candidatos proporcionais; devemos defender o critério de eleição por listas partidárias. Enquanto este critério não for aprovado, o partido deverá elaborar listas de candidatos

mais partidárias (a partir de um planejamento feito pelo partido, e não basicamente a partir do critério de quem quer ser candidato, que é o que vem ocorrendo na prática) e critérios do partido na campanha (por exemplo, os encontros podem aprovar a priorização de determinados candidatos na televisão e no rádio, a priorização de determinados candidatos em uma região ou categoria, etc. Naturalmente a elaboração destas prioridades deverá adotar critérios de proporcionalidade se houver mais de uma proposta, e deverão levar em conta as definições dos núcleos e coordenações de núcleos, etc).

Relação do partido com os prefeitos

As administrações também devem ser consideradas do partido (ou de uma coalizão), embora nesta questão existam algumas diferenças em relação às bancadas, na medida em que a eleição é majoritária, e deve procurar contar com uma base de apoio mais ampla do que o próprio partido. O prefeito do PT exerce uma função que lhe foi confiada pelo próprio partido; não está ali em seu nome pessoal; é eleito a partir de um programa elaborado pelo partido e com o esforço na campanha de toda a militância.

Por outro lado, não queremos confundir o partido e o Estado, ou o partido e o governo. O governo deve ter a sua margem de autonomia no campo administrativo. O papel do partido na direção da administração deve ser de definir a orientação política geral (levando em conta a necessidade de discutir com outros setores políticos, de incorporar a participação popular) que seus representantes defenderão, e de acompanhar a gestão através de formas como a dos Conselhos Políticos e de tomar posição sobre determinadas questões políticas. Além disso, o partido deve definir os critérios para indicar os cargos no primeiro escalão que lhe couberem, e indicar conjuntamente com o prefeito (ou governador, ou presidente) os nomes, após ampla consulta. Em caso de não haver acordo, a última palavra deve caber ao partido.

Dando consequência a toda esta visão, deve ser aplicado aos prefeitos (ou governadores, ou presidente, ou vices) petistas, e aos cargos de confiança exercidos por petistas, nestas esferas de governo, o plano de cargos e salários do partido, recolhendo-se o excedente como contribuição financeira ao PT.

Além disso, é claro que é decisiva para o nosso projeto político e partidário a criação de formas de controle popular sobre as administrações.

Tendências internas

A regulamentação existente deve ser mantida e implementada, corrigindo-se os casos de tendências que não a aplicam rigorosamente. Esta regulamentação deve ser considerada um patrimônio do partido. Ao mesmo tempo, é preciso continuar a discussão política e melhorar o funcionamento das tendências **como tendências integradas à construção do partido**. Devemos procurar reforçar o entendimento de que o direito de tendência é mesmo um **direito**, e não uma obrigação: deve ser garantido o espaço dos filiados que não participam de tendências. Mais importante ainda, deve ser garantido que o centro de formulação, de dinamismo da vida partidária esteja nos organismos do partido (núcleos, direções), e não nas estruturas das tendências. As tendências se estruturam para defender determinadas posições, e não precisam necessariamente entrar em cada debate do partido com posição já definida. O fundamental é que as posições do partido sejam construídas **coletivamente, com contribuições do conjunto dos filiados, nas instâncias do partido**.

A participação dos filiados

Hoje há uma grande preocupação no partido com a pouca condição de participação na vida partidária, nas decisões, e de acesso às direções, dos filiados que não participam de nenhuma tendência interna. A partir daí, a existência das tendências internas é muitas vezes vista como um obstáculo à participação dos filiados.

O problema da pouca possibilidade de participação dos filiados individuais é um problema real, mas é preciso refutar a visão de que decorra do funcionamento das tendências, de que existe uma contradição entre o direito de tendências e a participação do conjunto dos filiados.

A primeira razão pela qual os filiados não vinculados a tendências têm dificuldade de participação é a **ausência de estruturas de organização e de participação da base partidária**, como os núcleos, ou a fraqueza de organismos

auxiliares de elaboração ou de direção, como as secretarias, como as coordenações de núcleos ou de ativistas do mesmo setor, a insuficiência da formação política. **Esta ausência limita a participação do conjunto dos filiados, ligados ou não a tendências.** O que ocorre é que a estrutura das tendências supre em parte esta carência, dando então uma vantagem aos seus integrantes.

Assim, a primeira medida para dar condições plenas de participação e decisão aos filiados que não são vinculados a tendências **e do conjunto dos filiados é a construção dos espaços partidários representados por instâncias de base, pelos organismos de direção e auxiliares, pelas estruturas de formação política.** São estes espaços que permitirão o desenvolvimento de posições construídas a partir da participação ativa de todos os setores e indivíduos existentes no partido.

A segunda limitação à participação dos filiados que não se vinculam a tendências está na forma pela qual os Encontros se organizaram até hoje. A forma de apresentação de propostas para discussão (teses) por grupos de filiados faz com que só as tendências organizadas ou grupos de filiados em torno a lideranças (principalmente parlamentares) possam participar.

O processo do I Congresso procurou modificar esta situação. Mas ao adotar a forma de proposta de teses a partir de "lista de filiados" voltou a privilegiar as tendências organizadas ou grupos em torno a lideranças parlamentares.

A correção desta limitação se vincula à medida proposta acima, de valorização dos espaços partidários. **Também as propostas de teses devem ser feitas a partir dos espaços partidários:** direções (ou majorias de direções e minorias de direções, quando houver diferenças importantes), núcleos, secretarias, plenárias setoriais, etc.

A partir desta forma básica de garantir a apresentação e discussão de propostas, as tendências (ou grupos de filiados) poderão também, naturalmente, participar do debate, de forma complementar, na medida em que não se sintam representadas pelas propostas definidas nos organismos.

Em resumo: **é a valorização dos espaços partidários como forma de participação, de apresentação de propostas, de debates, que permitirá a plena participação do conjunto dos filiados, sem que haja nenhuma razão para contrapor esta participação ao direito de tendência.**

O direito de tendência deve ser valorizado como uma conquista democrática do partido, essencial para garantir o espaço de minorias. Aliás, sem o funcionamento das tendências, e no quadro atual de pouca organização da base, teríamos um partido com menor participação dos filiados, possivelmente girando em torno de parlamentares e "notáveis".

Ação afirmativa

Quando o PT se formou, há uma década, era um partido com poucas lideranças mais conhecidas, fossem homens ou mulheres, de diferentes raças e origens sociais. Ao longo de dez anos, os processos de "seleção" e "promoção" dominantes na sociedade também atuaram no PT, sem nenhum mecanismo que se contrapusesse a eles. A construção de lideranças no partido e nos movimentos sociais - de dirigentes partidários, parlamentares, dirigentes sindicais, etc - fez com que hoje a maioria das posições de representação e direção do partido sejam ocupadas por homens, brancos, com maior escolaridade, etc. A diversidade social de gênero e de raça presente na base partidária não se reflete na sua direção, nas delegações para os encontros, na seleção para processos de formação, em suma nas posições de poder no PT.

O partido deve ter uma política consciente para se contrapor à ação dos mecanismos sociais de discriminação dentro do PT, através de uma política de ação afirmativa, que vise combater os mecanismos de exclusão das mulheres através de uma série de medidas, como o estabelecimento de mecanismos de avaliação diferentes daqueles baseados nos padrões de desigualdade dominantes, a prioridade em processos de formação, o estabelecimento de cotas para a participação na direção e escolha dos candidatos, o funcionamento das secretarias específicas dinamizando a atuação do PT nestas áreas, etc.

Entre este conjunto de medidas, cabe destacar uma proposta que pode ser um marco na reversão desta situação, formulada pela subsecretaria nacional de mulheres do PT, que incorporamos e defendemos. Trata-se da defesa de que "na composição das direções estaduais e nacional do partido será garantida a presença mínima de 30% de mulheres,

como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT". Essa porcentagem representa uma avaliação, por baixo, do que é a presença de mulheres entre os filiados do PT e a adoção desta cota pode, como parte de uma política de conjunto de ação afirmativa, conduzir a uma alteração da situação das mulheres no partido.

Centralização partidária. Hoje, uma condição fundamental de democracia é a recuperação da capacidade de decisão do partido, a reversão da tendência à autonomização de centros de decisão concorrentes. A solução desta questão passa pelo esclarecimento da concepção de partido e pelo reforço das suas condições de funcionamento, isto é, das suas condições de acompanhar e dirigir de acordo com uma orientação estratégica geral o conjunto da atuação dos seus militantes nas diversas esferas (movimento social, institucionalidade); a maior circulação de informações, - possibilitando o controle da atividade dos mandatários, sindicalistas e dirigentes por parte do conjunto das bases partidárias - é uma condição básica para a centralização partidária.

d. outras medidas essenciais para uma reorganização do PT

Finanças

Naturalmente toda a implementação do plano de reorganização do PT que indicamos aqui depende de uma base adequada de recursos. Assim, a política de finanças é essencial ao partido; e como já foi dito muitas vezes - embora quase nunca se tirem as consequências devidas disto - a questão das finanças é uma questão política chave.

Os princípios básicos da política de finanças do partido devem ser o de sua sustentação pelo conjunto dos militantes (por isso a exigência de estar em dia com as obrigações financeiras para ter condição de voto é indispensável) e o da socialização no partido dos recursos colocados à disposição dos nossos parlamentares. Esta última questão não é importante apenas por razões financeiras: o que está em jogo é sobretudo a coletivização da ação política.

Outras formas de finanças, como campanhas financeiras especiais, venda de material, festas, etc, devem também ser parte integrante permanente da política de finanças.

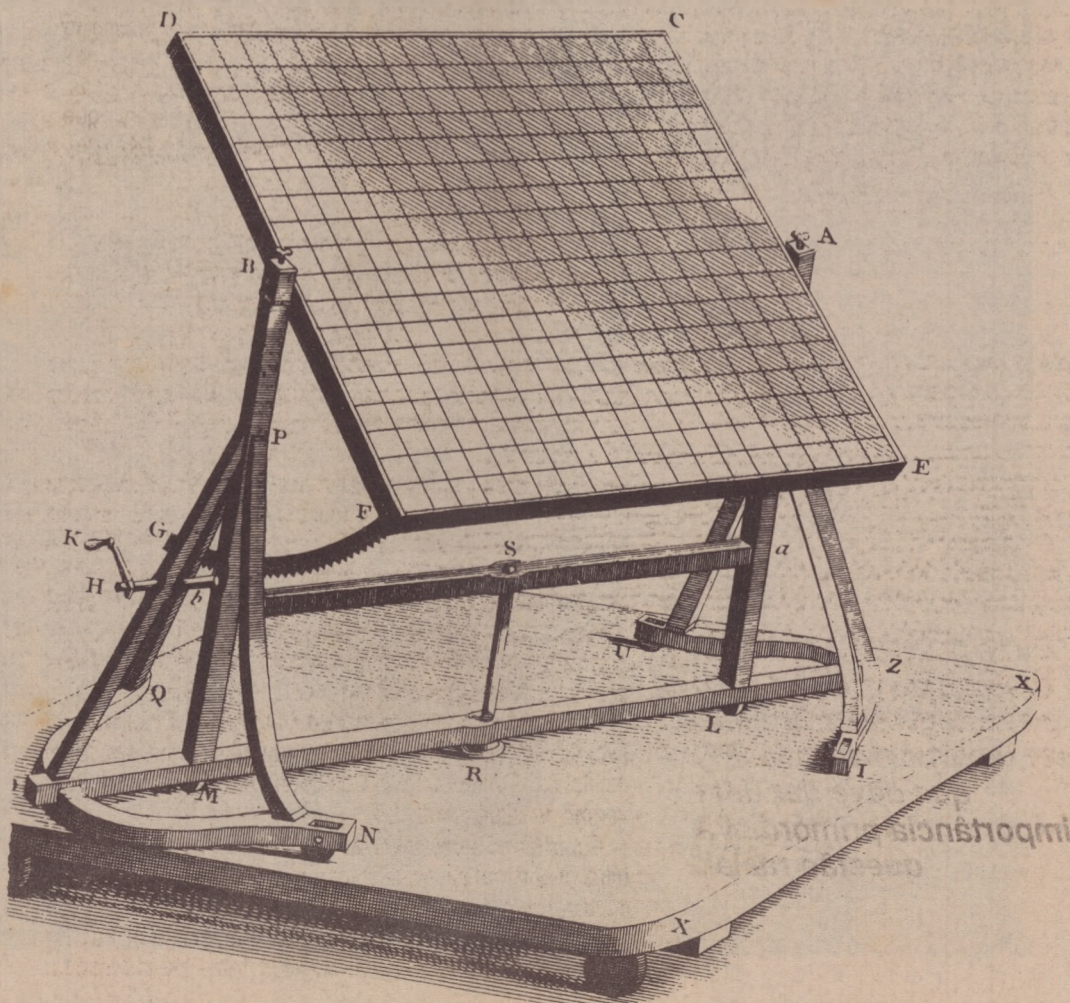
Além disto, cabe lembrar também a idéia, também muito divulgada mas pouco praticada ainda, de que o tratamento das finanças deve ter um caráter profissional, rigoroso, e não frouxo e amador.

Imprensa

É necessário prosseguir nos esforços que vêm sendo feitos para criar um sistema nacional de imprensa, tendo por

Uma medida decisiva para reforçar a organização de base do partido e a democracia interna é a instituição dos núcleos como forma básica de delegação de poder, de eleição de delegados.

A valorização dos espaços partidários permitirá a plena participação dos filiados, sem que haja nenhuma razão para contrapor esta participação ao direito de tendência.



A unidade de ação petista no movimento sindical deverá superar o atual quadro de sectarismo e hegemonismo que existe no interior da CUT.

Os mandatos parlamentares devem ser considerados do partido e os parlamentares considerados profissionais políticos do partido.

eixo o jornal nacional do partido - um jornal que se volte para a divulgação de informações e análises a partir da visão do partido (plurais e críticas, como é o próprio PT) sobre os acontecimentos da conjuntura, e sirva assim de referência e orientação para os militantes e de base de diálogo com todos os ativistas e interessados nas posições do PT.

Outro elemento chave de um sistema nacional de imprensa é o Boletim Nacional, que divulgue resoluções do partido, orientações para os militantes e os debates que se travam nas instâncias de direção.

A revista Teoria e Debate vem cumprindo um papel fundamental de um espaço de debates aberto e com maior profundidade.

Um desafio para o partido é a criação de instrumentos de comunicação de massa, com rádios, vídeos, etc.

Formação política

O PT, ou centros próximos ao partido, vêm desenvolvendo uma rede nacional de instrumentos de formação política. Devemos estimular o florescimento desta rede, a partir de uma concepção de formação política aberta, pluralista, crítica. Ao mesmo tempo, temos necessidade de reforçar as Escolas de Formação do próprio partido, inclusive uma Escola Nacional de Formação, que deverá propiciar a formação de quadros dirigentes através de um processo de debates, de intercâmbio entre companheiros de diversas orientações e origens políticas, através do confronto crítico permanente dos diversos instrumentais teóricos com os desafios de análise da realidade. Desta forma, garantiremos uma acumulação organizada e tornaremos possível o desenvolvimento de respostas teóricas aos principais problemas com os quais o partido se defronta (sejam problemas de construção, de definições políticas mais gerais, etc.).

Articulação Internacional. A partir da constatação de que nossa luta socialista está cada vez mais obrigada a assumir uma dimensão internacional, precisamos desenvolver um novo internacionalismo, assumir a tarefa de dar prosseguimento à articulação que começamos a fazer na reunião de julho de 1990 em São Paulo. O PT é hoje um dos partidos de esquerda com mais audiência internacional, principalmente - mas não apenas - na América Latina.

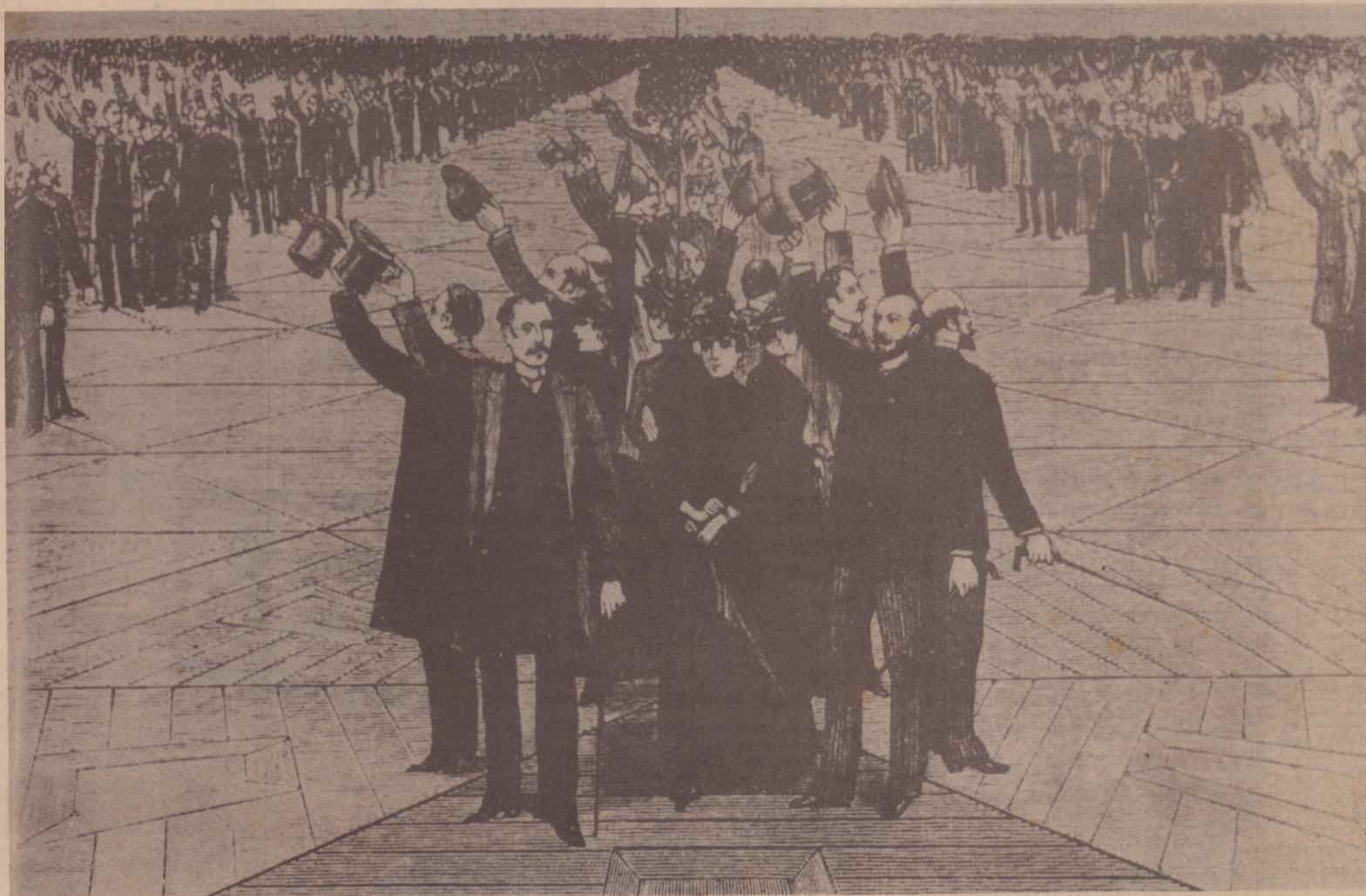
Assim, temos condições de - mais além de ações de solidariedade internacional, que têm naturalmente uma enorme importância, principalmente quando levamos em conta que o imperialismo prepara novas agressões e busca em primeiro lugar aumentar a pressão contra a revolução cubana - incorporar nos marcos de construção partidária uma dimensão internacionalista, participando conjuntamente com outros partidos da esquerda latino-americana e de todo o mundo da construção de um campo, de uma articulação de resistência e oposição à "nova ordem" imperialista, e de luta pelo socialismo, a partir de nossa perspectiva crítica à social-democracia e à tradição stalinista.

5. Um plano de construção partidária (síntese das preocupações centrais)

Nosso esforço fundamental é para ampliar a organização da base do partido e a participação organizada desta base, para ampliar a democracia, para **colocar o PT como centro da implementação de um projeto político socialista.**

Queremos construir um movimento coletivo de militantes que dialoguem com todas as camadas populares da sociedade, que participem levando propostas de todos os movimentos sociais, que construam, ao lado, de outros a autonomia destes movimentos. E que ao mesmo tempo, pela apresentação e pela defesa de propostas elaboradas coletivamente pelo partido, numa interlocução permanente com os vários setores sociais explorados e oprimidos e com outros partidos do campo popular, procure dirigir um amplo movimento de luta pelo socialismo, de acordo com nossa visão estratégica. Ou seja, queremos que o PT, coletivamente, seja o **dirigente político** da luta pelo socialismo no Brasil (luta que deve ser, obrigatoriamente, integrada à luta em escala internacional).

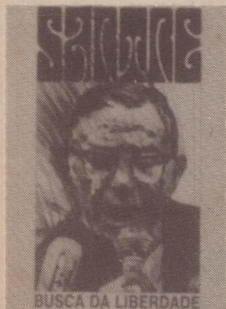
Agora, nós nos defrontamos de um modo particularmente agudo com a **necessidade de reequilibrar o partido:** corrigir o excesso de peso eleitoral/institucional, substituir a multiplicidade de centros de decisão que se autonomizam por uma unificação da ação partidária, reforçar o engajamento do partido na construção de um movimento de massas independente, autônomo, democrático e popular, com um sentido anti-capitalista, socialista.



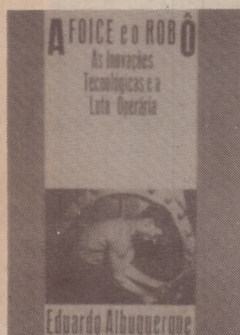
A crítica dos tempos



Imprecor - Correspondencia de Prensa Internacional para América Latina. Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Revista mensal em castelhano. Nº 15, relativa ao mês de agosto contendo artigos sobre: o II Encontro dos Movimentos e partidos políticos do Forum de São Paulo, Nicarágua, Haiti, Iugoslávia, Coréia do Sul, Cuba, além de ensaios de Victor Tirado López 9da direção da FSLN), de Michael Lowy e de Sergio Rodriguez Lascano. Cr\$500,00.



A obra de Sartre. Busca da Liberdade. István Mészáros. Editora Ensaio. O filósofo húngaro, discípulo de Lukács, traça o perfil do intelectual e filósofo existencialista francês. A devastação da condição humana, a vivência dos dilemas e contradições de nosso século, a honestidade intelectual, o compromisso com o engajamento, em uma vida e obra apaixonada e apaixonante. Cr\$7.000,00.



A foice e o robô. As inovações tecnológicas e a luta operária. Eduardo Albuquerque. O livro é composto de quatro eixos principais: uma recuperação teórica a partir do marxismo das relações entre o progresso técnico e o capitalismo; uma interpretação das forças motrizes do progresso técnico nos países dependentes; as inovações tecnológicas no capitalismo brasileiro e um debate sobre a resposta operária aos desafios colocados pela automação. Cr\$7.000,00.

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza
Reg.MTb nº 18663DRT/SP

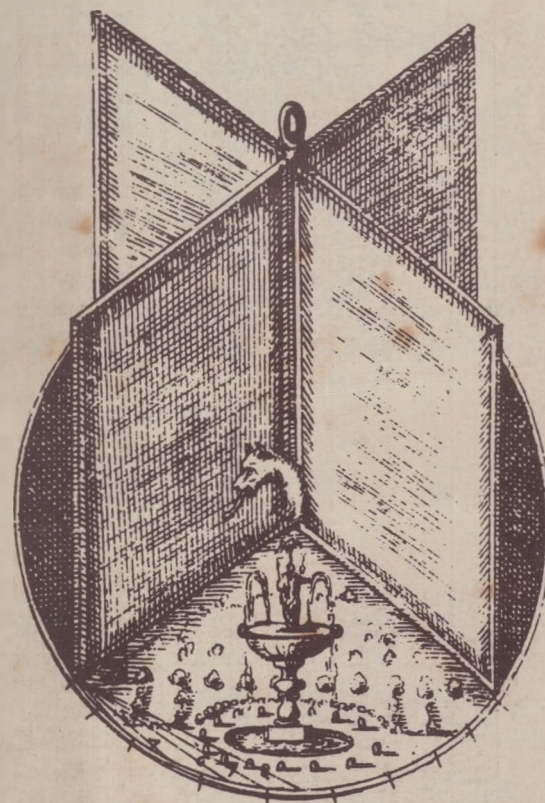
Equipe de Edição: Caio França, Alvaro Alencar, Fernanda Estima, Adelaide Jóia.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 -Pinheiros-São Paulo-CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642; **Rio de Janeiro** Rua Senador Dantas, 117 Sala 1144 CEP 20.031; **Vitória** Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921; **Salvador** Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.



Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$5.000,00 () Apoio Cr\$9.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

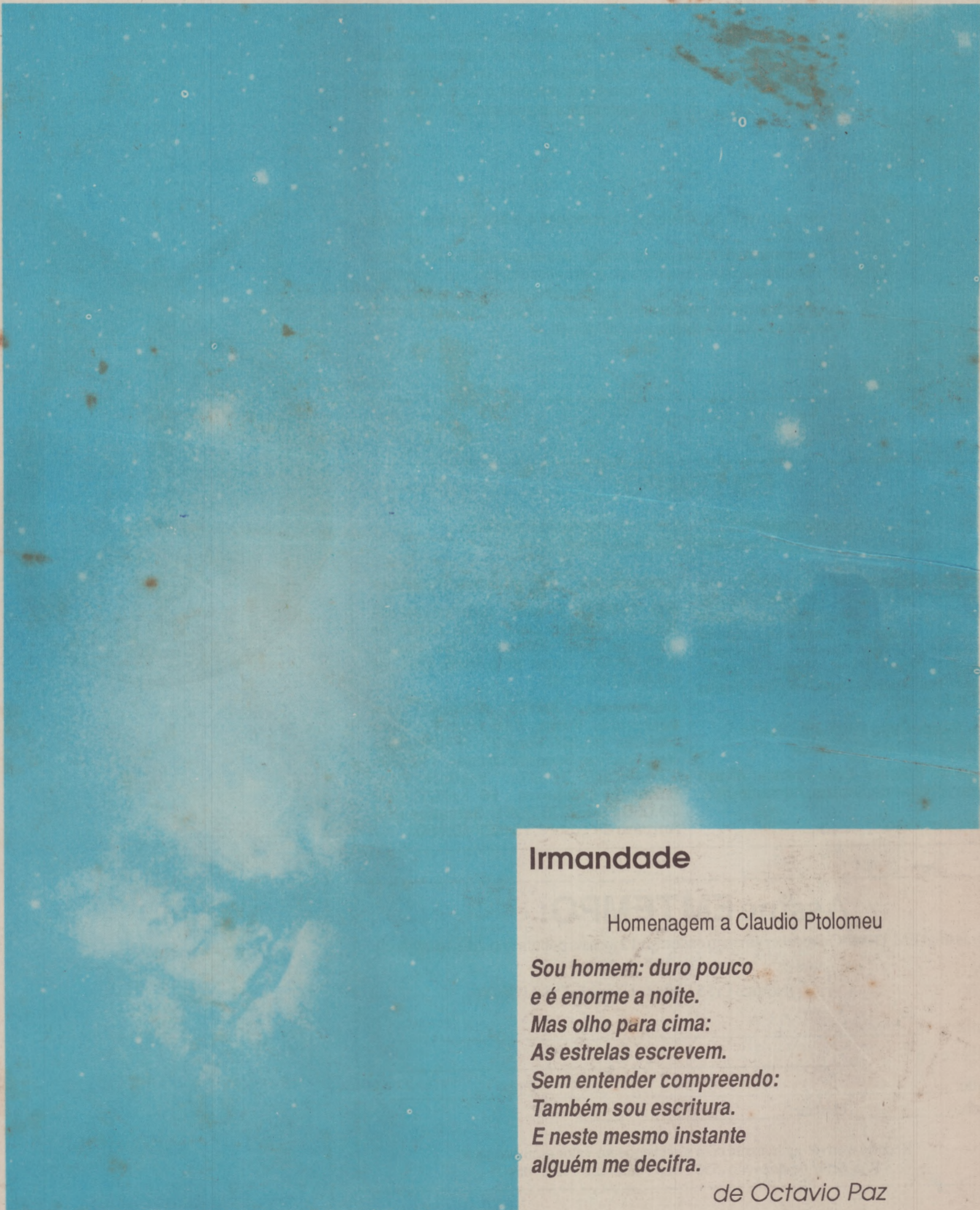
Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 - São Paulo - SP - CEP 05404

PORTE PAGO

DR/SP ISR 40-2063/85
DR/RS ISR 49-083/88

IMPRESSO



Irmandade

Homenagem a Claudio Ptolomeu

*Sou homem: duro pouco
e é enorme a noite.*

*Mas olho para cima:
As estrelas escrevem.*

*Sem entender compreendo:
Também sou escritura.*

*E neste mesmo instante
alguém me decifra.*

de Octavio Paz